

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Lays Gabrielle Moreira De Oliveira

**O SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO (2013): ESTRUTURA DE PODER,
VALORES IDEOLÓGICOS E RESPOSTAS INTERNACIONAIS**

**GOIÂNIA
2025**

Lays Gabrielle Moreira De Oliveira

O SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO (2013): ESTRUTURA DE PODER,
VALORES IDEOLÓGICOS E RESPOSTAS INTERNACIONAIS

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador: Dr. Johnny Taliateli do Couto

GOIÂNIA

2025

Oliveira, Lays, 2025.

O surgimento do Estado Islâmico (2013): estrutura de poder, valores ideológicos e respostas internacionais. Lays Gabrielle Moreira de Oliveira – Goiânia, 2025.
Total de folhas: 58 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Johnny Taliateli do Couto

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2025.

1. Estado Islâmico. 2. terrorismo. 3. radicalização. 4. geopolítica 5. extremismo. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. O surgimento do Estado Islâmico (2013): estrutura de poder, valores ideológicos e respostas internacionais.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Lays Gabrielle Moreira de Oliveira

O SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO (2013): ESTRUTURA DE PODER,
VALORES IDEOLÓGICOS E RESPOSTAS INTERNACIONAIS

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador: Dr. Johnny Taliateli do Couto

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Johnny Taliateli do Couto (Orientador – PUC Goiás)

Prof. Dr. Danillo Alarcon (PUC Goiás)

Profa. Me. Simone Cristina Schmaltz (PUC Goiás)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, saúde e sabedoria durante toda a minha trajetória acadêmica. Sem Sua presença constante, não teria alcançado esta conquista.

Ao meu orientador, Johnny Taliateli do Couto, expresso minha profunda gratidão pela paciência, pelos ensinamentos e pela confiança depositada neste trabalho. Sua orientação foi essencial para que eu pudesse crescer intelectualmente e concluir esta etapa com segurança.

À minha família, agradeço pelo amor incondicional, pelo apoio constante e por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava. Cada palavra de incentivo e cada gesto de cuidado fizeram toda a diferença nessa jornada.

RESUMO

Este trabalho analisa o surgimento e a expansão do Estado Islâmico (EI) a partir de 2013, investigando sua estrutura de poder, fundamentos ideológicos e a resposta da comunidade internacional ao seu crescimento. Com base em uma abordagem qualitativa, o estudo utiliza revisão bibliográfica e análise de caso, integrando perspectivas teóricas das Relações Internacionais, especificamente o construtivismo, que enfatiza a importância das crenças, identidades e narrativas na radicalização extremista. Inicialmente, são abordadas as condições históricas e sociais que favoreceram o fortalecimento do EI, destacando-se a invasão do Iraque em 2003, a crise síria iniciada em 2011, o sectarismo e o colapso das instituições estatais na região. Posteriormente, detalha-se a estrutura organizacional do grupo, incluindo hierarquia, métodos de controle territorial e social, financiamento por meio de atividades ilícitas e propaganda ideológica. Por fim, examina-se criticamente a reação internacional, apontando limitações das estratégias baseadas essencialmente no uso da força militar e destacando a necessidade de abordagens mais amplas que contemplem a reconstrução institucional, inclusão social e enfrentamento efetivo da ideologia extremista. Os resultados indicam que, apesar da perda territorial entre 2017 e 2019, o Estado Islâmico continua a representar um risco ideológico persistente à segurança global.

Palavras-chave: Estado Islâmico; terrorismo; radicalização; geopolítica; extremismo.

ABSTRACT

This study analyzes the emergence and expansion of the Islamic State (IS) from 2013 onward, examining its power structure, ideological foundations, and the response of the international community to its rise. Employing a qualitative approach based on bibliographic review and case study analysis, the research incorporates theoretical perspectives from International Relations, specifically constructivism, emphasizing the role of beliefs, identities, and narratives in extremist radicalization. Initially, the historical and social conditions facilitating IS's growth are discussed, highlighting the 2003 invasion of Iraq, the Syrian crisis beginning in 2011, sectarian tensions, and the collapse of state institutions in the region. Subsequently, the paper details the group's organizational structure, including its hierarchy, methods of territorial and social control, illicit financing activities, and ideological propaganda. Finally, it critically examines international responses, emphasizing the limitations of strategies predominantly based on military force and underscoring the necessity of broader approaches involving institutional reconstruction, social inclusion, and effective counter-radicalization measures. The findings indicate that, despite territorial losses between 2017 and 2019, the Islamic State continues to represent a persistent ideological threat to global security.

Keywords: Islamic State; terrorism; radicalization; geopolitics; extremism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

EI – Estado Islâmico

FSA – Free Syrian Army (Exército Sírio Livre)

ISIL – Islamic State of Iraq and the Levant (Estado Islâmico do Iraque e do Levante)

ISIS – Islamic State of Iraq and Syria (Estado Islâmico do Iraque e Síria)

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CONTEXTO HISTÓRICO E A FORMAÇÃO DO ESTADO ISLÂMICO	12
1.1 O surgimento do Estado Islâmico	12
1.2 A definição de objetivos e Ideologias	17
1.3 Organização Hierárquica	21
1.4 Controle territorial e social	24
2 REAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL AO ESTADO ISLÂMICO	31
2.1 Ações militares contra o Estado Islâmico	31
2.2 Fontes e financiamentos do Estado Islâmico	36
2.3 Resultados e falhas na resposta internacional	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

O surgimento do Estado Islâmico (EI) não pode ser compreendido como um evento que nasceu do nada. Na verdade, ele foi o resultado de uma série de decisões políticas erradas, intervenções externas feitas sem planejamento de longo prazo, colapsos institucionais e um abandono de populações inteiras por parte dos seus próprios governos. A instabilidade política que se instalou no Oriente Médio nas últimas décadas acabou criando um ambiente ideal para que grupos extremistas ganhassem espaço. Entre eles, o EI, que se destacou pela violência dos seus métodos, e pela forma como construiu e sustentou um projeto político-religioso de alcance internacional.

Tudo começou a se intensificar a partir de 2003, com a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, a queda de Saddam Hussein desorganizou a estrutura do Estado iraquiano. O exército foi dissolvido, as instituições públicas entraram em colapso e o conflito entre sunitas e xiitas se agravou. No meio desse cenário surgiram grupos armados que prometiam preencher o vazio deixado pelo Estado. Um deles foi a Al-Qaeda no Iraque, liderada por Abu Musab al-Zarqawi. Mesmo após sua morte, os integrantes do grupo continuaram atuando de forma estratégica, aguardando uma nova oportunidade de expansão.

Essa oportunidade veio em 2011, com a guerra civil na Síria. O enfraquecimento do regime de Bashar al-Assad e a dispersão dos grupos de oposição abriram um novo espaço para a atuação jihadista. Foi nesse contexto que o grupo passou a se chamar Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS), assumindo uma postura mais ambiciosa, então em vez de apenas disputar territórios, o objetivo passou a ser fundar um califado, rompendo com as fronteiras nacionais modernas e resgatando uma ideia de liderança religiosa e política supostamente legítima. Em 2014, com a tomada de cidades como Mosul e Raqqa, o grupo passou a controlar um território maior, onde estabeleceu leis, tribunais, códigos de conduta, sistemas de arrecadação e até escolas e hospitais, mesmo sob um regime de violência.

O que chama a atenção é que o poder do EI não estava apenas na força militar. Parte importante da sua capacidade de expansão veio da narrativa que ele soube construir. Usando referências religiosas, discursos de revanche histórica e uma forte presença nas redes sociais, o grupo conseguiu atrair seguidores de diferentes regiões,

inclusive fora do Oriente Médio. Para muitos, o califado prometia algo que seus próprios Estados não ofereciam, como ordem, pertencimento e propósito.

Este trabalho busca entender os elementos históricos, ideológicos e políticos que permitiram a ascensão e a permanência do Estado Islâmico. A ideia é investigar como o grupo se consolidou em meio ao colapso institucional e como construiu um discurso capaz de mobilizar tanto pela força, quanto pelo sentido que ele oferecia. Para isso, o trabalho utiliza como base teórica uma corrente das Relações Internacionais, o construtivismo.

Neste contexto, a ascensão do Estado Islâmico a partir de 2013 é interpretada não somente pelas condições locais, mas principalmente pelas consequências dessa estrutura anárquica, que conduz os atores internacionais a buscar o balanceamento de poder, frequentemente recorrendo à força como meio principal de estabilização.

O construtivismo oferece uma perspectiva que complementa essa visão focada no poder e na sobrevivência. Essa abordagem mostra que, além dos interesses materiais e das forças políticas, o que molda o comportamento dos atores internacionais são também as ideias, as crenças e as identidades. Para os construtivistas, o mundo não é apenas um jogo de poder, mas também de significado, os atores agem de acordo com a forma como interpretam a realidade, o que valorizam e em que acreditam. O que faz toda a diferença na hora de entender grupos como o Estado Islâmico. (CARVALHO,2020)

No caso do EI, a dimensão simbólica foi fundamental, pois se apresentou como o guardião de uma tradição islâmica, trazendo de volta a ideia do califado, que é uma forma de liderança religiosa e política que remonta a períodos históricos da história muçulmana. Essa narrativa criou uma identidade coletiva forte, capaz de mobilizar pessoas que se sentiam excluídas, marginalizadas ou sem esperança, seja na região do Oriente Médio ou em comunidades muçulmanas espalhadas pelo mundo. Além disso, o uso estratégico das redes sociais potencializou essa construção simbólica, espalhando a visão do grupo para um público global e reforçando a sensação de pertencimento a algo maior.

Dessa forma, o construtivismo nos ajuda a compreender que o poder do EI não veio só da violência ou do controle territorial, mas também da capacidade de oferecer uma narrativa que preenchia vazios existenciais e políticos de muitos indivíduos. A ideia de pertencimento, identidade e propósito que o grupo oferecia foi uma

ferramenta para sua expansão, mostrando que em conflitos complexos, a ideologia pode ser tão importante quanto a força bruta.

Diante disso, o objetivo central deste trabalho é analisar as condições que tornaram possível a formação do Estado Islâmico. Este trabalho busca responder a questões centrais sobre o Estado Islâmico, começando por entender quais foram as condições que permitiram a sua formação. Pretende-se analisar como o grupo conseguiu se organizar e expandir, utilizando estratégias de propaganda digital para recrutar apoiadores transnacionais. Além disso, o estudo examina de que modo a estrutura de governança implementada pelo Estado Islâmico, especialmente entre 2013 e 2019, contribuiu para sua legitimidade e para sua resistência diante das ofensivas internacionais. Também se propõe a investigar os limites e falhas da resposta da comunidade internacional, questionando por que as intervenções militares e diplomáticas enfrentaram dificuldades para eliminar a influência ideológica do grupo, mesmo com seu fortalecimento evidente a partir de 2013.

Para cumprir esses objetivos, a monografia está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo aborda o contexto histórico do EI e os eventos que possibilitaram o surgimento do grupo, com foco na desestabilização do Iraque e da Síria, no papel das potências estrangeiras e no ambiente social que favoreceu o extremismo. Já o segundo capítulo analisa a estrutura de poder montada pelo EI, seus métodos de controle e financiamento, e a reação da comunidade internacional, que foi marcada por ofensivas militares, e por omissões e ausência de políticas eficazes para o pós-conflito.

Em vez de vê-lo apenas como um grupo terrorista, o trabalho parte do princípio de que ele foi também o resultado de uma série de ausências, omissões e falhas que antecederam sua existência. Em contextos marcados pela ausência do Estado, atores não estatais tendem a ocupar esse vácuo, oferecendo, ainda que por meio da violência, uma forma de ordem e identidade coletiva. E quando esses atores oferecem ordem e identidade, mesmo que por meio da violência, ele pode encontrar espaço. Por isso, enfrentar o extremismo exige mais do que força militar, mas também, reconstrução e presença.

1. CONTEXTO HISTÓRICO E A FORMAÇÃO DO ESTADO ISLÂMICO

O primeiro capítulo tem como objetivo, mostrar como o Estado Islâmico surgiu, a partir de uma sequência de fatores históricos, políticos e sociais que aconteceram principalmente no Iraque e na Síria. A partir da invasão dos Estados Unidos em 2003, o colapso do regime de Saddam Hussein e a guerra civil síria em 2011, foi se formando um cenário de instabilidade e abandono que abriu espaço para grupos extremistas. Um deles foi o EI, que aos poucos foi ganhando força, mudando de nome, estratégia e ambição.

Além dos eventos históricos, esse capítulo também apresenta uma teoria das Relações Internacionais que ajuda a compreender o crescimento do grupo. O construtivismo mostra como o Estado Islâmico soube construir uma narrativa baseada em identidade, religião e pertencimento, capaz de atrair seguidores de diferentes partes do mundo.

Também é mostrado como a disputa interna com a Al-Qaeda, o uso de uma ideologia extremista e uma propaganda que ajudou o grupo a conquistar territórios, criar uma estrutura de governo própria e impor regras. Por fim, o capítulo detalha como o EI se organizava por dentro, desde sua liderança central até o controle social que impunha nas cidades que estavam sob seu domínio. A ideia é oferecer uma base para entender o que foi o Estado Islâmico, como ele chegou aonde chegou e por que ele se tornou uma ameaça com impacto global.

1.1. O surgimento do Estado Islâmico

O surgimento do Estado Islâmico foi sendo moldado aos poucos, a partir de eventos políticos, sociais e religiosos que marcaram o Oriente Médio no início dos anos 2000. A guerra no Iraque em 2003, é importante para entender como o Estado Islâmico começou a crescer. A invasão dos Estados Unidos, que tinha como objetivo derrubar o regime de Saddam Hussein, acabou deixando o país sem uma autoridade clara. Essa ausência de liderança abriu espaço para o surgimento de grupos armados com ideologias extremistas, que logo começaram a disputar poder em regiões onde o Estado iraquiano não conseguia atuar de uma maneira eficiente (DAMIN, 2015).

Foi nesse contexto que apareceu Abu Musab al-Zarqawi, um militante radical da Jordânia que fundou o grupo *Jama'at al-Tawhid wal-Jihad*¹, que depois se uniu à Al-Qaeda em 2004, passando a se chamar Al-Qaeda no Iraque (AQI). A forma como Abu Musab al-Zarqawi conduzia seu grupo, com ataques extremamente violentos e voltados principalmente contra os xiitas, começou a causar desconforto na liderança da Al-Qaeda. Para figuras como Osama bin Laden, esse tipo de ação, como os atentados suicidas em mesquitas xiitas e as decapitações exibidas em vídeos, podia acabar afastando o apoio de muçulmanos sunitas e prejudicar a imagem do grupo no cenário internacional (GARTENSTEIN-ROSS, 2017).

Na prática, o que aconteceu foi uma disputa por espaço e influência dentro do próprio mundo jihadista. A Al-Qaeda operava por meio de redes espalhadas pelo mundo, com grupos aliados que agiam de forma autônoma. Já o Estado Islâmico queria algo mais direto, como um governo centralizado, com cidades ocupadas, impostos, tribunais e um líder com autoridade religiosa e política. Quando Baghdadi tomou Mosul e se declarou califa, isso foi visto como um desafio direto à liderança da Al-Qaeda. Para muitos jovens muçulmanos que se sentiam marginalizados ou buscavam um propósito, a ideologia do EI parecia mais concreta e imediata do que a luta distante da Al-Qaeda (KLAUSEN, 2015).

Ainda em 2006, quando o grupo passou a se chamar Estado Islâmico do Iraque, ele começou a enfrentar uma reação inesperada. As próprias tribos sunitas da província de Anbar, que inicialmente toleravam ou até apoiavam os jihadistas, passaram a rejeitá-los por causa da brutalidade das ações do grupo. Esse movimento ficou conhecido como *Sahwa*, ou “*Despertar*”. Liderado por Abdul Sattar al-Rishawi, o movimento teve apoio direto dos Estados Unidos, que financiaram e armaram os chamados “Sons of Iraq” para combater o EI nas regiões mais instáveis (WEISS; HASSAN, 2020).

Esse movimento causou um grande prejuízo ao grupo, que perdeu territórios e apoio social. A tentativa do EI de parecer um movimento legítimo acabou sendo percebida por muitos líderes tribais como um disfarce para jihadistas estrangeiros controlarem suas comunidades. Mesmo assim o grupo se manteve ativo,

1. Abu Musab al-Zarqawi atuava de forma independente no Iraque desde 2003, liderando o grupo *Jama'at al-Tawhid wal-Jihad* (JTJ). A organização ganhou destaque internacional após realizar, em agosto daquele ano, o atentado à bomba contra a sede das Nações Unidas em Bagdá, que resultou na morte de pelo menos 23 pessoas, incluindo o Enviado Especial da ONU, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello. (UNITED NATIONS. Al-Qaida in Iraq (QDe.115), 2011)

especialmente em zonas de conflito e prisões como Camp Bucca, onde muitos dos seus líderes, incluindo Abu Bakr al-Baghdadi, estavam detidos. Esses campos funcionaram como “escolas do terror”, onde estratégias eram compartilhadas, redes eram formadas e uma nova geração jihadista era moldada, o que foi a base para a construção do califado (WEISS; HASSAN, 2020).

Ao mesmo tempo, a situação na Síria favoreceu o avanço do grupo. A guerra civil enfraqueceu o governo de Bashar al-Assad e espalhou as forças rebeldes, deixando muitos espaços sem controle claro. O Estado Islâmico aproveitou esse cenário para atravessar a fronteira e se estabelecer em regiões estratégicas. Como aponta Lister (2015), a falta de uma reação eficaz da comunidade internacional naquele momento também contribuiu para que o grupo crescesse e se consolidasse como uma das forças mais organizadas no conflito.

Por tudo isso, o surgimento do Estado Islâmico não pode ser visto apenas como uma consequência da guerra no Iraque ou da crise na Síria. Ele também surgiu de uma disputa interna entre grupos jihadistas, onde o EI se destacou por sua capacidade de adaptação, pelo uso da violência extrema como ferramenta política e pela proposta de um califado. Essa combinação de fatores ajudou o grupo a se tornar na época a principal organização extremista.

Essa radicalização foi um dos primeiros sinais de que a organização caminhava para se tornar algo diferente. A morte de Zarqawi em 2006 não impediu que o grupo continuasse avançando. Pelo contrário, ele passou a se chamar Estado Islâmico do Iraque (ISI) e manteve sua presença ativa nas regiões mais instáveis do país. Durante esse período, o grupo enfrentou uma queda, principalmente quando tribos sunitas começaram a combater os jihadistas em parceria com os EUA. Mesmo assim, o EI nunca foi eliminado por completo. Ele se manteve como uma ameaça latente, apenas esperando o momento certo para retornar (LISTER, 2015).

Esse retorno ganhou força justamente após a retirada das tropas americanas em 2011. O governo iraquiano, liderado por Nouri al-Maliki, fracassou em integrar os membros do movimento *Sahwa* às forças oficiais do Estado. Muitos dos ex-milicianos foram perseguidos, presos ou ignorados, o que gerou um ressentimento entre as tribos sunitas. Esse abandono criou as condições ideais para que o EI voltasse a ganhar espaço nas regiões que antes haviam resistido a ele (WEISS; HASSAN, 2020).

Foi nesse contexto que surgiu o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS ou ISIL), sob a liderança de Abu Bakr al-Baghdadi. A nova estrutura da organização foi

mais ambiciosa, então além de controlar territórios, o grupo queria fundar um califado que é algo que não se via desde a queda do Império Otomano (MCCANTS, 2015).

De acordo com o discurso de Baghdadi ele não se considerava mais apenas um comandante militar, mas o próprio califa de todos os muçulmanos. Essa narrativa persuadiu, principalmente, jovens muçulmanos que estavam em busca de identidade e propósito. O grupo passou a atrair combatentes estrangeiros de diversas partes do mundo, através de uma propaganda digital eficiente, algo que já vinha sendo estruturado desde os tempos de Zarqawi (KLAUSEN, 2015). A Dabiq Magazine², os vídeos cinematográficos de execuções e o uso estratégico do Twitter e do Telegram foram fundamentais para espalhar sua visão e recrutar novos membros.

Em junho de 2014, o grupo chegou ao seu auge conquistando a cidade de Mosul, no norte do Iraque. Nesse momento, Baghdadi declarou oficialmente a criação do califado e mudou o nome da organização para Estado Islâmico. A partir daí, o grupo passou a controlar uma grande faixa de território entre o Iraque e a Síria, impondo uma forma de governança bastante rígida e violenta. Leis baseadas em interpretações radicais da sharia, punições públicas e controle total da vida cotidiana marcaram esse período (STERN & BERGER, 2015).

O mais assustador é que o Estado Islâmico não era apenas uma milícia, ele começou a funcionar simplesmente como um Estado normal. Estabeleceu instituições, coletava impostos, emitia documentos e oferecia até serviços de saúde e educação dentro das suas fronteiras. A ideia era mostrar que o califado era viável e autossuficiente. Isso ajudou a consolidar sua autoridade, tanto internamente quanto junto a simpatizantes fora da região (ZELIN, 2015).

A força do grupo também estava em sua capacidade de adaptação, ele soube tirar proveito da divisão dos territórios e da falta de uma resposta internacional coesa. A ONU, inclusive, só veio a reconhecer oficialmente o Estado Islâmico como uma grave ameaça em agosto de 2014, por meio da Resolução 2170 do Conselho de Segurança (ONU, 2014). Até então, as ações internacionais eram isoladas e pouco eficazes para conter a expansão jihadista.

² A revista *Dabiq*, publicada pelo Estado Islâmico, apresenta uma visão dividida do mundo: de um lado os fiéis seguidores do califado e, de outro, os infiéis incluindo tanto líderes ocidentais quanto governantes árabes considerados traidores da fé. A publicação mostra a "decadência" do Ocidente com a promessa de glória e recompensa divina para os muçulmanos que lutam pela causa do grupo extremista. (MATOS, 2016, p.06)

Figura 1 – Onde o ISIS está presente



Fonte: The Atlantic (2014)

Vale lembrar também que a ascensão do grupo teve relação direta com a marginalização dos sunitas no Iraque após a queda de Saddam Hussein, ele liderou o Iraque de 1979 até 2003, aplicando um regime autoritário baseado na repressão política, no nacionalismo árabe e no controle absoluto do Estado. Um dos episódios mais violentos da sua gestão foi o ataque químico à cidade curda de Halabja, em 1988, que resultou na morte de cerca de 5 mil civis, o que mostrou seu uso deliberado da violência de Estado contra minorias internas, como noticiado pela BBC (2021). Em 1990, de acordo com a Folha de São Paulo (2010), Saddam ordenou a invasão do Kuwait, alegando disputas territoriais e econômicas, o que gerou uma grande condenação internacional e levou à imposição de sanções pela ONU, além de desencadear a Guerra do Golfo no ano seguinte. De acordo com Corera (2023), mesmo após esse episódio, ele permaneceu no poder até 2003, quando foi deposto por uma coalizão liderada pelos Estados Unidos, sob a justificativa de que o Iraque possuía armas de destruição em massa, essa alegação foi desmentida por investigações internacionais. A queda de Saddam desestruturou as instituições iraquianas e contribuiu para uma ausência de autoridade que permitiu o surgimento de milícias, posteriormente, do Estado Islâmico.

Além disso, a ausência de uma autoridade após a retirada das tropas do EUA em 2011 contribuiu para o avanço da atuação do grupo. A fragilidade das forças de segurança iraquianas, junto com a corrupção institucional, facilitou o caminho para que o grupo conquistasse cidades inteiras praticamente sem resistência (DAMIN, 2015).

Mesmo em 2019, quando o Estado Islâmico perdeu seu "califado" e com a morte de Baghdadi, o grupo se transformou e se espalhou quase como uma rede invisível. Eles continuam agindo através de grupos menores, que são como "franquias" em lugares como o Sahel na África, o Afeganistão e várias partes da Ásia. Essa capacidade de se reinventar é o que o torna tão assustador. Ele pode não controlar cidades inteiras como antes, mas ainda continua sendo uma ameaça (HARRIS; GAMBHIR; CARTER, 2025). É como um inimigo que muda de forma para continuar lutando.

O surgimento do EI, portanto, é resultado de muitos fatores interligados, como a invasão do Iraque, o sectarismo religioso, a crise na Síria, a marginalização de grupos sunitas, a ausência de um Estado funcional e a eficácia de uma propaganda ideológica com apelo global. Entender esse surgimento é importante para a compreensão do que foi o Estado Islâmico na sua época mais violenta, e como ele continua influenciando outras organizações e mantendo sua presença ideológica mesmo sem controlar território. A história do grupo mostra como a combinação de caos político, exclusão social e discursos religiosos radicais pode se transformar em algo de alcance global.

1.2. A definição de objetivos e ideologia

A ideologia do Estado Islâmico (EI) é uma interpretação radical dos principais conceitos do Islã, como o califado, a sharia, a jihad e o salafismo. Esses elementos, mesmo fazendo parte da tradição religiosa, foram reinterpretados pelo grupo de uma forma que sustentasse o projeto de dominação que mistura religião, política e violência. O EI construiu um discurso de poder que busca se legitimar por meio da fé, mas na verdade representa uma tentativa de controle absoluto, tanto sobre os territórios ocupados quanto sobre as consciências dos indivíduos que conquista ou radicaliza.

O Construtivismo ajuda a entender que os interesses e as identidades dos atores internacionais não são definidos só por armas, dinheiro ou território, mas também pelas ideias e significados que eles mesmos constroem. Quando o Estado Islâmico proclamou o califado, por exemplo, isso não foi só uma ação política ou militar. Foi também uma tentativa de criar uma forma de poder, com símbolos religiosos e histórias do passado, que foram reinterpretadas para dar sentido à própria existência do grupo. A ideia era construir uma identidade coletiva que fizesse sentido para quem se identificava com aquele projeto. Como explica Carvalho (2020), os países e grupos não reagem apenas a ameaças físicas, eles também agem a partir da forma como veem a si mesmos e aos outros no sistema internacional, e isso acaba influenciando diretamente suas decisões.

A ideia de califado faz parte da história do Islã desde o começo. Conforme noticiado pela BBC em junho de 2014, os califas eram vistos como líderes da religião e da política, guiando os muçulmanos depois da morte do profeta Maomé. Durante muito tempo, o califado foi usado como forma de governo por impérios importantes, como os Omíadas, os Abássidas e os Otomanos. Mas isso mudou em 1924, quando o líder turco Mustafa Kemal Atatürk acabou com o califado como parte das reformas para tornar a Turquia um país mais moderno e laico. Com essa decisão, deixou de existir uma liderança religiosa única para os muçulmanos.

Para os jihadistas, o abandono da instituição do califado em 1924, marcou o início de uma longa e dolorosa regressão na história dos muçulmanos. Para este setor do Islã radical, o Estado Islâmico era a resposta a esta 'apostasia' e o retorno a um ideal de governo que os muçulmanos tinham perdido (ALMEIDA, 2019, p. 77).

Décadas depois, o EI se aproveitou dessa ausência para propor uma restauração. Em 2014, Abu Bakr al-Baghdadi se autoproclamou califa durante um sermão em Mossul, assumindo um título político, e reivindicando o papel de líder espiritual legítimo de todos os muçulmanos. Como observa McCants (2015), essa decisão foi estratégica, ao anunciar o retorno do califado, o grupo buscava se diferenciar de outras organizações jihadistas e ocupar um espaço simbólico que nenhuma delas havia conquistado. O objetivo era geopolítico, já que o EI passou a

negar as fronteiras estabelecidas no Oriente Médio após os acordos de *Sykes-Picot*³, se apresentando uma como alternativa a essas divisões consideradas artificiais.

A cobertura da BBC destacou que o anúncio do califado colocava o EI numa posição em que ele deixava de ser apenas um grupo armado e passava a se comportar como um suposto Estado soberano. Essa mudança ajudou a reforçar a imagem do grupo entre os simpatizantes e facilitou o recrutamento de novos membros (BBC, 2014). Mesmo depois de perder os territórios que controlava, a ideia do califado não desapareceu completamente, ela ainda está presente no pensamento de muitos grupos e pessoas ao redor do mundo, que continuam enxergando o califado como um objetivo que pode ser alcançado. Isso mostra como essa ideia ainda tem força e influência. (HOFFMAN, 2017)

Como já foi citado anteriormente, a sharia reúne regras que orientam o dia a dia dos muçulmanos, baseadas no Alcorão e nos ensinamentos do profeta Maomé. Em diferentes países de maioria muçulmana, o modo como essas regras são aplicadas pode mudar bastante, em alguns lugares, elas são mais rígidas, enquanto em outros, são mais flexíveis dependendo do contexto cultural e político.

Conforme analisa Moraes (2019), o Estado Islâmico adotou uma interpretação extremamente rígida e punitiva da lei islâmica, utilizando normas severas como instrumento de controle social. Punições brutais, como apedrejamentos, decapitações e amputações, eram executadas publicamente, com o claro objetivo de instaurar o medo e disciplinar as populações sob seu domínio. A lógica por trás dessas ações era religiosa e política. Como explica Hoffman (2017), a violência era usada como uma forma de dominação por meio do terror.

Mesmo depois da derrota do Estado Islâmico, a ideia do califado e aquelas práticas de punição severas não sumiram de vez, elas continuam sendo copiadas por grupos que atuam de forma mais dispersa, especialmente em lugares como a África Ocidental. Essa região, inclusive, virou um verdadeiro "epicentro do terrorismo global", como Harriet Orrell mostrou em uma reportagem para a BBC News Brasil em 2025. Nesses novos cenários, esses grupos extremistas ainda usam a sharia de maneira radical como forma de organizar a sociedade, com o objetivo de recriar a ideia original

³ O *Acordo Sykes-Picot* foi um acordo secreto feito em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, entre Grã-Bretanha e França, com a aprovação da Rússia. Esse acordo dividiu o território do Império Otomano, especialmente Síria, Iraque, Líbano e Palestina, para que cada país administrasse uma parte. O nome vem dos dois negociadores principais: Sir Mark Sykes e François Georges-Picot. (AUGUSTYN, ADAM. *OTTOMAN EMPIRE*.)

do califado, isso mostra que mesmo sem ter um território fixo, essa ideologia não desapareceu.

Outro conceito distorcido pelo EI foi o da jihad. Tradicionalmente, esse termo pode ter diferentes significados no Islã. A chamada "*jihad maior*" que é o esforço pessoal de cada muçulmano para seguir os princípios de Deus e levar uma vida reta. Já a "*jihad menor*" que pode envolver a defesa armada quando a fé ou a comunidade está sendo ameaçada. No entanto, o EI interpretou todo o conceito à dimensão da violência. A jihad, na visão do grupo, passou a ser entendida como uma guerra contra todos os que não compartilhassem da sua interpretação da fé islâmica. (ESPOSITO,2002)

A matéria escrita por Patrícia Ortega Dolz, destacou o caso de uma mulher espanhola que tentou levar seus quatro filhos para a Síria. Ela acreditava estar cumprindo um dever religioso. Esse caso é marcante porque mostra como a propaganda do grupo conseguia alcançar pessoas mesmo fora do cenário de guerra, atraindo indivíduos com a promessa de um propósito maior (EL PAÍS, 2019). O processo de radicalização, nesse sentido, era alimentado por conteúdos digitais que misturavam apelos emocionais, linguagem religiosa e imagens de violência glorificada. Vidino (2015) observa que o uso das redes sociais conseguiu projetar uma imagem de força e heroísmo, transformando seus combatentes em mártires e exemplos de fé. Esse tipo de comunicação foi muito eficaz entre jovens que buscavam identidade, pertencimento ou sentido de vida. Ao encontrar essas mensagens, muitos acabavam se convencendo de que estavam se juntando a uma causa justa.

Por fim, a base ideológica do EI também está ligada ao salafismo jihadista. O salafismo é uma corrente do pensamento islâmico que defende o retorno à prática dos primeiros muçulmanos, os *salaf al-salih*⁴. Embora muitos salafistas sejam pacíficos e preocupados apenas com a pureza da fé, o salafismo jihadista defende o uso da violência como meio de impor essa visão ao mundo.

Zelin (2015) explica que, dentro dessa visão, o mundo é dividido de maneira que de um lado tem os verdadeiros crentes e do outro, todos os que devem ser

⁴ *Salaf al-Salih* O salafismo pode ser entendido como um conjunto de movimentos dentro do Islã que se propõem a recuperar e imitar fielmente o modo de vida das primeiras gerações muçulmanas — conhecidas como *al-salaf al-ṣāliḥ*, ou "os predecessores piedosos". Os salafistas valorizam a simplicidade, a pureza da fé original e a adesão estrita aos ensinamentos do Alcorão e da *Sunnah*, considerados por eles as fontes fundamentais do direito islâmico (*uṣūl al-fiqh*), rejeitando inovações posteriores no pensamento e na prática religiosa. (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA.)

combatidos. Essa forma de pensar não deixa espaço para divergências, o que explica a perseguição promovida pelo EI contra xiitas, cristãos, yazidis e até mesmo muçulmanos sunitas que rejeitavam sua autoridade, ou seja, o grupo operava de um modo que aquele que não aceitasse sua liderança era considerado inimigo. Essa visão, ainda hoje, inspira outros grupos extremistas que compartilham da mesma perspectiva intolerante. Knipp (2015) reforçou que, apesar das derrotas no campo militar, o Estado Islâmico continua sendo uma referência ideológica para diversas organizações ao redor do mundo, mantendo vivo o risco da radicalização (DW, 2015).

A ideologia do Estado Islâmico é construída a partir da manipulação de elementos tradicionais do Islã para fins políticos e de dominação. Conceitos como o califado, a sharia, a jihad e o salafismo foram reinterpretados para sustentar um projeto autoritário que usa a religião como ferramenta de controle e violência.

1.3. Organização Hierárquica

Entre 2013 e 2019, o Estado Islâmico construiu uma hierarquia bem estruturada, com um centro de comando forte, mas que ainda permitia certa autonomia aos chefes locais. Essa combinação entre rigidez e flexibilidade foi essencial para a consolidação do grupo, pois permitiu que ele exercesse controle sobre vastas regiões ao mesmo tempo em que se adaptava a contextos locais variados. No topo da estrutura estava o califa, que concentrava os poderes político, religioso e militar. Quando Abu Bakr al-Baghdadi assumiu esse posto em 2014 sua autoridade era vista como incontestável e sagrada (GARTENSTEIN-ROSS, 2017; ZELIN, 2015).

Abaixo do califa, o Conselho Consultivo, ou *Majlis al-Shura*, desempenhava um papel importante no processo decisório. Embora não tivesse poder para contrariar o líder supremo, o conselho contribuía para a definição de estratégias e organização administrativa. Essa divisão de responsabilidades dava ao grupo uma aparência de governança institucionalizada, o que contribuía para a disciplina interna e para a imagem de legitimidade política. Como destaca McCants (2015), esse modelo administrativo ajudava a manter um funcionamento eficiente mesmo diante das dificuldades impostas pelos conflitos armados. Além disso, o fato de que decisões podiam ser adaptadas para diferentes regiões dava uma aparência de descentralização funcional, sem enfraquecer a linha ideológica do grupo.

A estrutura do Estado Islâmico era segmentada em províncias, cada uma administrada por representantes encarregados de setores como segurança, finanças, justiça, saúde, educação e propaganda. Isso conferia ao grupo uma lógica quase estatal, reforçada por mecanismos de arrecadação, como o imposto religioso zakat, e por um sistema judicial próprio, baseado na interpretação rígida da sharia. Os tribunais religiosos não apenas julgavam e puniam de acordo com as normas do grupo, mas também serviam como instrumento de coerção social e controle político. A existência de instituições permitia que o EI exercesse uma forma de governança que ia além da ocupação militar, tratava-se de administrar, educar, fiscalizar e punir, moldando a vida das populações sob seu domínio (STERN & BERGER, 2015).

Cada município possui um comandante militar, um ou mais responsáveis pela segurança e um emir geral, todos subordinados a um wali (governador). [...] Raqqa e Mossul servem como capitais de fato do ISIS, e enviados de seus territórios frequentemente se reúnem em palácios ocupados pelo grupo. [...] Quando as unidades de segurança do ISIS realizam uma operação, combatentes estrangeiros e locais da cidade-alvo e de cidades vizinhas se reúnem como reforço. Essa demonstração exagerada de força durante as operações é uma marca da estratégia de dissuasão do ISIS. Essa estratégia 'em todo lugar e em lugar nenhum' impede que as forças locais se rebellem, pois permite uma flexibilidade — embora limitada — para que as populações locais cuidem de seus próprios assuntos. Isso também posiciona o ISIS como o único intérprete legítimo da lei. (WEISS; HASSAN, 2020, p. 209–210)

Na parte militar, a organização também seguia uma cadeia de comando bem definida, partindo do califa e chegando aos pequenos agrupamentos táticos locais. Cada frente de batalha contava com comandantes próprios, que tinham autonomia relativa para conduzir operações conforme as circunstâncias de suas regiões, mas que ainda estavam subordinados às diretrizes estratégicas do alto comando. Essa dinâmica híbrida permitia que o grupo combinasse a disciplina típica de exércitos com a mobilidade e adaptabilidade. Essa capacidade de planejar operações coordenadas e, ao mesmo tempo, reagir rapidamente a eventos inesperados foi um dos fatores que garantiu a resistência do EI mesmo após perder territórios estratégicos. (ZELIN, 2014)

Outro aspecto que merece destaque é o papel da liderança centralizada. O califa não era apenas um chefe militar ou político; ele representava a autoridade religiosa suprema, o que ajudava a unificar o discurso e justificar as ações violentas como parte de uma missão divina. Diferente de outros grupos jihadistas, que operavam com estruturas mais soltas e descentralizadas, o Estado Islâmico

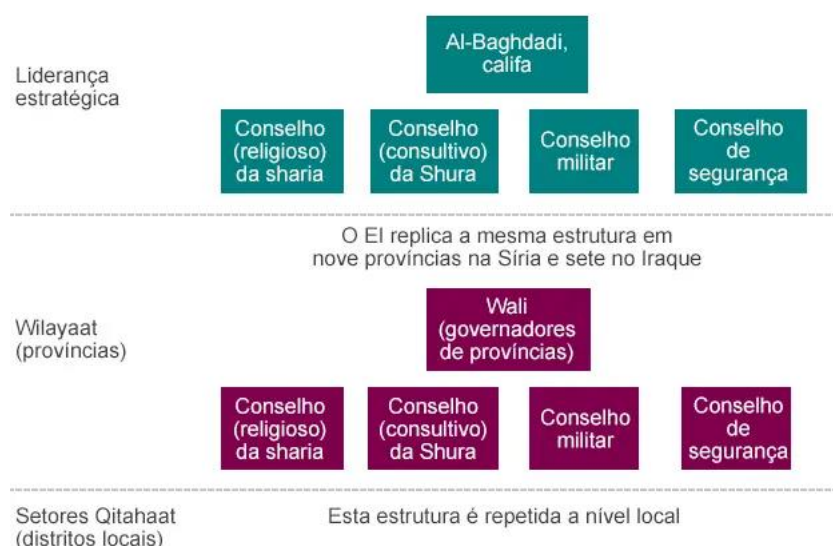
estabeleceu uma ordem organizacional que imitava modelos estatais modernos, reforçando seu objetivo de ser reconhecido como um Estado legítimo (GARTENSTEIN-ROSS, 2017).

Normalmente, quando o ISIS assume o controle de uma nova cidade, o primeiro espaço que estabelece é uma Praça Hudud, onde são realizadas punições conforme a Sharia, como crucificações, decapitações, açoites e amputações. Em seguida, são estabelecidos um tribunal da Sharia, uma força policial e uma estação de segurança. O trabalho da polícia religiosa, conhecida como al-Hisbah, não se restringe à implementação do código religioso, mas inclui também a regulação dos mercados. (WEISS; HASSAN, 2020, p. 209)

Além disso, a capacidade de gerenciar a comunicação interna e externa foi importante para manter a hierarquia funcionando. A propaganda, muitas vezes produzida de maneira profissional, ajudava a consolidar a imagem de força e ordem. O uso estratégico das redes sociais permitiu que o grupo apresentasse sua estrutura como eficaz e invencível, ampliando seu poder de recrutamento e sua influência. Ao se apresentar como um Estado, o EI conseguia atrair tanto combatentes quanto civis, inclusive profissionais especializados, como médicos, engenheiros e administradores.

Figura 2 – Organograma apresentando a estrutura do EI

Estrutura de comando do Estado Islâmico



Fonte: equipe de investigação sobre o EI

Fonte: BBC World Service (2014)

Portanto, a organização hierárquica do Estado Islâmico evidencia uma estrutura complexa, que mesclava rigidez central com flexibilidade local. Essa combinação foi decisiva para seu funcionamento em ambientes hostis e para a manutenção do controle territorial. A forma como o EI estruturou suas funções administrativas, militares e ideológicas mostra que ele atuou como um ator racional dentro da lógica do sistema internacional anárquico. Conforme argumenta Selis (2011), em um ambiente sem uma autoridade central que regule o comportamento dos atores, cada unidade busca sua própria segurança e sobrevivência. O Estado Islâmico, nesse sentido, adotou práticas típicas de Estados soberanos, como a organização de instituições próprias, imposição de normas, cobrança de impostos e defesa territorial, mesmo que sua existência fosse marcada pela violência e pelo autoritarismo religioso.

Ao se estruturar dessa forma, o grupo não apenas buscava se manter no poder, mas também legitimava seu projeto político-religioso. Isso mostra como, mesmo sendo uma entidade considerada terrorista pela maioria da comunidade internacional, o Estado Islâmico adotou estratégias semelhantes às de governos formais para consolidar sua autoridade. Com isso, torna-se evidente que compreender sua hierarquia é essencial para entender sua capacidade de ação e os fatores que permitiram sua ascensão e sua persistência, ainda que em formas fragmentadas, mesmo após grandes derrotas militares.

1.4. Controle territorial e social

Entre os anos de 2014 e 2017, o Estado Islâmico construiu uma estrutura de governo própria nas áreas que ocupava na Síria e no Iraque. Esse controle além de militar também incluía regras sociais muito rígidas e uma administração que misturava violência extrema com a prestação de serviços básicos. A ideia era consolidar o poder do grupo e manter as pessoas sob seu domínio usando o medo e a sensação de ordem e estabilidade.

Segundo Lister (2015), as regiões controladas eram divididas em *wilayats*⁵, cada uma com seus próprios administradores locais. Esses responsáveis tinham a

⁵ *Wilayats* é a ideia, dentro do pensamento político xiita, de que um líder religioso deve governar quando o imã infalível, figura sagrada para os xiitas está ausente. Esse líder deve ser um jurista (faqih)

função de aplicar as regras impostas pelo califado, que seguiam uma interpretação radical da lei islâmica. A justiça, por exemplo, era feita por tribunais religiosos que autorizavam punições como decapitações, apedrejamentos e amputações. Essas práticas serviam para castigar e como uma forma de propaganda, já que eram filmadas e divulgadas em revistas digitais do próprio grupo, como *Dabiq* e *Rumiyah* (STERN & BERGER, 2015).

Além da divulgação, as revistas serviam como uma forma de construção de um imaginário religioso e político do califado. O próprio nome da publicação fazia referência a uma antiga profecia islâmica, segundo a qual Dabiq, uma cidade do norte da Síria, seria o palco da batalha final entre muçulmanos e os 'romanos', ou seja, o Ocidente. (WEISS; HASSAN, 2020).

Conforme a revista Dabiq declara: 'Conquistaremos sua Roma, quebraremos suas cruzes e escravizaremos suas mulheres, com a permissão de Allah, o Altíssimo. Essa é Sua promessa para nós. Ele nos disse: "Quando o escravo das mulheres dar à luz seu mestre..." então esse é o começo da hora do juízo. Então aguardem. Pois nós também estamos aguardando com vocês.' Esse tipo de linguagem transforma a brutalidade em missão sagrada, e a violência, em instrumento divino. (WEISS; HASSAN, 2020, p. 183 - 184)

Cada edição da revista trazia conteúdos cuidadosamente selecionados para inspirar, mobilizar e doutrinar os leitores. Havia entrevistas com combatentes estrangeiros, homenagens a 'mártires' de atentados na Europa e trechos do Alcorão usados para justificar ataques e castigos. Ao lado da brutalidade mostrada nas divulgações, havia também um discurso bem articulado, que associava sacrifício e honra à luta pelo califado.

A produção da Dabiq era levada tão a sério dentro da estrutura do grupo que seus editores eram tratados como uma elite estratégica. Tinham recursos, prestígio e voz ativa nas decisões internas, o que mostra como a guerra de narrativas era tão relevante quanto a guerra nas ruas.

Os olhos dele brilhavam toda vez que assistia aos vídeos do Estado Islâmico. Ele dizia: 'Não me mostre isso', porque ao assistir aos vídeos, sentia vontade imediata de fazer hijrah [migração para o califado]. Esse desejo era tão forte que ameaçava sua capacidade de realizar atentados na França. [...] Essa foi a história contada por Umm

respeitado, justo e com grande conhecimento das leis islâmicas. A maioria dos xiitas concorda com essa ideia básica, mas há diferentes opiniões sobre quanto poder esse líder deve ter. (AL-ISLAM.ORG)

Basir al-Muhajirah à revista Dabiq, descrevendo como o conteúdo visual e textual do Estado Islâmico podia provocar conversão instantânea, ou ao menos impulsionar a ação radical. Dabiq transformava soldados anônimos em heróis eternos. (WEISS; HASSAN, 2020, p. 185)

As punições que eram aplicadas variavam conforme a infração cometida, mas todas eram marcadas por violência e de forma pública. Por exemplo, o assalto à mão armada é considerado um crime grave, classificado como um crime de *hudud*, ligado aos direitos de Deus ou da comunidade. Quando esse tipo de crime causa a morte de alguém, o Alcorão prevê a pena de morte. No entanto, essa punição só pode ser aplicada se o agressor for mentalmente saudável e maior de idade. Se a pessoa confessar o crime antes de ser presa, a pena de morte não é aplicada. Em muitos casos, os juízes também podem decidir por punições diferentes, como a amputação das mãos, em vez da pena capital (MORAES, 2019). De acordo com Moraes (2019, p 271) a lei islâmica permite aplicar a pena de morte a quem se levanta em armas contra o povo ou o governo. Porém, essa punição só é válida enquanto o conflito ainda está acontecendo. Depois que a guerra termina e há um cessar-fogo, o governo não pode mais executar os prisioneiros.

Essas regras seguem uma lógica parecida com as leis de guerra ou a lei marcial usada por alguns países. Em relação ao adultério a pena tradicional que é o apedrejamento gera controvérsias entre os estudiosos. Por isso, muitos juristas preferem a flagelação, com aplicação de 100 chibatadas, como pena alternativa. O Alcorão não determina a pena de morte para esse tipo de violação, apenas a punição corporal. Além disso, há exigências para a condenação, como a apresentação de quatro testemunhas e a possibilidade de o réu retirar sua confissão (MORAES, 2016).

O Alcorão não estabelece penalidade específica para o crime de apostasia, mas há divergências na forma de interpretar, alguns afirmam que o profeta Muhammad determinou a morte daquele que muda de religião, enquanto outros defendem que ele não impôs nenhuma punição. Além disso, há interpretações que apontam no passado, a apostasia era considerada crime não apenas por representar uma mudança de fé, mas por estar relacionada à deserção do exército muçulmano (MORAES, 2016). Já o assassinato leva a pena de morte apenas quando há intenção deliberada de matar e um ato direto do acusado que leve à morte da vítima. No entanto, é necessário que o autor seja mentalmente são, maior de idade e que não

tenha agido sob coação. Ainda assim, a família da vítima pode optar por substituir a pena de morte por uma compensação financeira (MORAES, 2016).

Os membros do ISIS tinham diferentes funções: alguns eram combatentes, outros atuavam na segurança, administravam serviços médicos, operavam padarias, gerenciavam tribunais da sharia, entre outras atividades. Para a comunidade local, a diferença foi sentida rapidamente. O ISIS fornecia segurança. Seus métodos de justiça eram rápidos. Ninguém estava isento de punição, inclusive seus próprios combatentes, quando violavam o rígido código moral estabelecido. Como resultado, sequestros, roubos e extorsões praticamente desapareceram. (WEISS; HASSAN, 2020, p. 204)

Como publicado pela BBC em março de 2019, durante esse período, o grupo chegou a controlar cerca de 88 mil km², em regiões que iam do norte do Iraque até o leste da Síria. Cidades importantes como Mosul, Fallujah e Raqqa eram dominadas pelo EI. Raqqa foi proclamada a capital do califado e se tornou o centro das operações do grupo, por ser um território estratégico não só pela localização, mas também pelos recursos naturais, como o petróleo e as rotas comerciais ilegais que garantiam parte do financiamento do grupo (BBC, 2019).

No dia a dia das cidades que eram ocupadas pelo EI, a vida era extremamente controlada. As mulheres eram obrigadas a se cobrir por completo e não podiam sair de casa sem um “mahram”⁶, um guardião masculino. Havia uma separação rígida entre homens e mulheres em todos os espaços públicos, como escolas e hospitais. Nas escolas, crianças recebiam uma educação voltada para a ideologia do grupo, com conteúdo religiosos radical e, em alguns casos, até treinamento militar (MCCANTS, 2015).

Segundo Guzzini e Urt (2019), a perspectiva construtivista destaca que o poder não está apenas ao uso das armas ou ao controle econômico, mas também está ligado à maneira como significados e normas são construídos e compartilhados socialmente. No caso do EI, essa construção social se manifestava na rígida imposição de regras cotidianas, como as normas de comportamento para mulheres e o ensino ideológico nas escolas, que moldavam não apenas as práticas individuais, mas também a própria estrutura social das cidades sob seu domínio. Dessa forma, o

⁶*Mahram* é uma pessoa com quem o casamento é proibido, geralmente por laços de sangue, amamentação ou casamento e, por isso, não é necessário observar regras de separação, como o uso do véu. Com essas pessoas, é permitido ter contato direto, como apertos de mão ou abraços. Já um *não-mahram* é alguém com quem o casamento é permitido, o que exige o uso do hijab e a manutenção de certos limites no convívio. (AL-ISLAM).

poder do grupo se sustentava tanto na força quanto na capacidade de redefinir o que era considerado certo ou errado para a população local.

Nos levavam a umas fossas grandes, onde havia corpos de traidores muçulmanos que eram espiões ou usavam drogas. Nos diziam que tínhamos que atirar nos cadáveres para nos acostumar [...] me fizeram uma lavagem cerebral. Os livros eram como magia. Trocam seu pensamento rapidamente, não só o meu, até a mente de um homem mudou (Sabbah, BBC, 2017).

Um exemplo disso aparece em um depoimento citado pela BBC (2017), no qual uma criança que viveu sob o domínio do EI relata: “Nos ensinaram que matar infiéis era nosso dever. Tínhamos aulas com armas e recitávamos hinos de guerra todas as manhãs”. O medo fazia parte da vida cotidiana. Segundo relatos reunidos pela BBC (2017), o grupo fiscalizava o comportamento nas ruas. Qualquer infração podia resultar em castigos públicos. A própria população era incentivada a denunciar comportamentos suspeitos. Em Mosul, uma ex-moradora contou: “O medo era permanente, havia câmeras, espiões e regras que mudavam a cada semana” (BBC, 2017). Parte dessa vigilância era feita pelas *hisbah*⁷, que eram patrulhas religiosas responsáveis por fiscalizar o comportamento das pessoas nas ruas.

Em um dia, pelo menos 2 mil pessoas foram mortas”, disse um menino iraquiano para a BBC. “O EI estacionou veículos em meio às tendas das famílias. Nós sabíamos que os veículos eram alvos, por isso pedimos que tirassem eles dali. Mas eles não tiraram e os veículos explodiram (Sommerville, 2019).

Mesmo com tanta repressão, o EI tentou construir uma imagem de governo organizado. Então garantiam o mínimo de funcionamento em serviços como coleta de lixo, distribuição de comida e até atendimento médico em algumas áreas. Para muitas comunidades que tinham sido abandonadas pelos governos centrais da Síria e do Iraque, essa estrutura chegou a ser vista como uma forma de estabilidade (HOFFMAN, 2017; ZELIN, 2015). Essa estratégia ajudou o grupo a manter o controle por mais tempo mesmo com as ofensivas militares contra ele.

⁷ *Hisbah* significa originalmente uma ação feita com intenção espiritual, buscando a recompensa de Deus (thawab). No campo da jurisprudência islâmica, *hisbah* se refere a situações em que é necessário agir em nome do bem comum ou da justiça, especialmente quando há pessoas vulneráveis, como menores ou pessoas com deficiência mental, que não conseguem cuidar de si mesmas. Nesses casos, alguém deve assumir essa responsabilidade por dever moral e religioso, o que caracteriza a prática da *hisbah*. (AL-ISLAM)

Além da repressão visível nas ruas, como as punições públicas e o policiamento do comportamento, o Estado Islâmico também mantinha uma estrutura de vigilância interna bastante eficiente. Em depoimento reunido no capítulo “Confessions of an ISIS Spy”, Weiss e Hassan (2020) apresentam o relato de um ex-integrante do grupo que atuou como informante. Segundo ele, o EI contava com um serviço de inteligência próprio, conhecido como *Emni*, que cuidava tanto da segurança interna quanto do planejamento de ações externas. Esse setor era responsável por identificar possíveis traidores, monitorar os membros do grupo e prevenir fugas ou deserções. Inspirado nos antigos serviços secretos de regimes autoritários da região, como o do governo sírio, o *Emni* funcionava por meio de redes de informantes, muitas vezes, os próprios combatentes eram monitorados. Qualquer comportamento considerado fora do padrão, como evitar combates ou fazer contato com familiares podia levantar suspeitas. O depoimento também mostra que parte dos recrutas, principalmente os estrangeiros, chegava ao grupo sem conhecer a fundo sua ideologia, sendo submetidos a processos de doutrinação religiosa ao longo do tempo.

Uma semana antes de eu desertar, eu estava com o chefe do Amn al-Khariji, Abu Abd Rahman al-Tunisi. Eles conhecem o ponto fraco do Exército Sírio Livre. Al-Tunisi me disse: ‘Vamos treinar pessoas que conhecemos, recrutadores, sírios... Levem esses homens, treinem-nos e mandem-nos de volta para onde vieram. Vamos dar a eles de 200 a 300 mil dólares. E, por terem dinheiro, o Exército Sírio Livre vai colocá-los em posições de liderança.’ É assim que o ISIS tomou conta da Síria”, disse Abu Khaled. “Eles têm infiltrados nas vilas e regiões controladas pelo Exército Sírio Livre, e seus homens estão dentro do FSA.” Em outras palavras: nem todos os supostos aliados dos Estados Unidos na Síria são o que parecem ser. Alguns deles, segundo Abu Khaled, estão sendo manipulados por agentes secretos do ISIS. (WEISS; HASSAN, 2020, p. 333)

A partir de 2016, com a coalizão internacional e o avanço das forças iraquianas, o Estado Islâmico começou a perder território. A retomada de cidades como Mosul e Raqqa foi o início da queda da estrutura física do califado. Porém, mesmo com a perda dos territórios, os efeitos do domínio do EI nesse período ainda podem ser sentidos. Mulheres e crianças que viveram sob essas regras enfrentam dificuldades para se reintegrar à sociedade, principalmente aquelas que sofreram de abusos, escravidão sexual ou doutrinação religiosa (WRIGHT, 2023).

Diante do exposto no capítulo, é evidente que a trajetória do Estado Islâmico não se limita a um fenômeno isolado, mas reflete uma confluência de fatores

históricos, sociais e ideológicos que moldaram o cenário do Oriente Médio. A análise de sua ascensão, estrutura organizacional e controle social revela não apenas a complexidade do extremismo contemporâneo, mas também a urgência de abordagens multifacetadas para enfrentar essa ameaça. À medida que avançamos para o próximo capítulo, será explorado as implicações dessa ideologia e as respostas internacionais que emergiram da ascensão do EI, e as lições aprendidas que podem informar estratégias futuras de prevenção e combate ao extremismo.

2. REAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL AO ESTADO ISLÂMICO

Depois de entender a formação e a estrutura do Estado Islâmico, este segundo capítulo faz uma análise de como a comunidade internacional reagiu a tudo isso. O foco é mostrar que, embora muitos países tenham se mobilizado contra o grupo, essa resposta ainda teve limitações. A coalizão liderada pelos Estados Unidos realizou operações militares importantes, como a retomada de Mossul e Raqqa, mas os bombardeios também causaram mortes de civis e deixaram cidades inteiras destruídas. Ao mesmo tempo, o EI já contava com uma rede forte de financiamento como o petróleo, impostos, tráfico de arte e doações clandestinas, o que dificultava sua contenção e dava ao grupo condições de se adaptar mesmo estando sob ataque.

Além disso, o capítulo discute o que veio depois da guerra, como as falhas na justiça, o abandono das vítimas, os campos de refugiados esquecidos e o trauma coletivo que ficou. O enfrentamento ao EI exigia um esforço político, social e humano que, infelizmente, não foi feito como deveria, e é justamente essa ausência de cuidado com o que veio depois que ainda pesa nas regiões que foram mais afetadas.

2.1. Ações militares contra o Estado Islâmico

Diversos países, entre eles Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, Austrália, Canadá, Turquia, Arábia Saudita, Egito, Índia, Indonésia, Emirados Árabes Unidos, Malásia e Israel, além de organizações internacionais como a ONU e a União Europeia, passaram a reconhecer oficialmente o Estado Islâmico como uma organização terrorista, principalmente após suas ações violentas e a realização de atentados, o que motivou intervenções militares e diplomáticas de forma coordenadas (AGUILAR, 2015; GOV.UK, 2024).

Em setembro de 2014, os Estados Unidos iniciaram esforços diplomáticos para formar uma coalizão internacional contra o Estado Islâmico, enviando seu Secretário de Estado ao Oriente Médio em busca de apoio. A coalizão era composta por cerca de 30 países, incluindo aliados europeus, Japão, Coreia do Sul, Canadá, Arábia Saudita, que passaram a realizar bombardeios aéreos nas regiões controladas pelo grupo jihadista no Iraque e na Síria, com o objetivo de conter a expansão territorial do grupo. Embora os ataques visem as posições do EI, organizações como o

Observatório Sírio de Direitos Humanos alertaram para o grande número de mortes de civis durante essas operações (AGUILAR, 2015).

O Estado Islâmico também se aproveitou dos bombardeios estrangeiros para reforçar seu discurso ideológico. A propaganda do grupo retratava os ataques da coalizão liderada pelos Estados Unidos como parte de uma cruzada ocidental contra os muçulmanos. Comunicados oficiais e vídeos de propaganda tentavam convencer a população local e potenciais recrutas internacionais de que o EI era a única força legítima capaz de resistir ao imperialismo e proteger a “Ummah” (WEISS; HASSAN, 2020, p. 226).

Pelo menos 19 pessoas morreram na noite de quarta-feira (24) em bombardeios da coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos contra alvos do Estado Islâmico (EI) nas províncias sírias de Deir ez Zor e Al Hasaka. As informações foram repassadas pelo Observatório Sírio de Direitos Humanos nesta quinta-feira (25). As vítimas são 14 jihadistas e cinco civis, que morreram em decorrência dos ataques aéreos contra quartéis e refinarias de petróleo em poder do EI. (ÉPOCA, 2014)

Com a brutalidade do conflito na Síria e no Iraque e as perdas em combate ou aos ataques terroristas, milhões de pessoas foram forçadas a abandonar suas casas em busca de segurança. Até fevereiro de 2015, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimava que cerca de quatro milhões de sírios haviam deixado o país, encontrando refúgio em países como Turquia e Líbano. No Iraque, aproximadamente dois milhões de pessoas também foram obrigadas a se deslocar internamente ou atravessar fronteiras para sobreviver. Esses deslocamentos, quase sempre em condições extremamente precárias, deram origem a uma das maiores crises humanitárias da década. Diante desse cenário, o ACNUR passou a intensificar suas campanhas de arrecadação e a pressionar por cessar-fogo, na tentativa de garantir que a ajuda humanitária pudesse chegar aos mais vulneráveis, como crianças, mulheres e idosos (ACNUR, 2015).

Segundo Barradas (2016), a ofensiva para expulsar o Estado Islâmico de Mossul, no Iraque, teve início em 17 de outubro de 2016. A operação contou com a participação de cerca de cem mil combatentes, entre peshmergas curdos, milícias xiitas como a Hashid Shaabi, milícias sunitas tribais, o exército iraquiano e forças especiais antiterrorismo, se tornando a maior ação militar no país desde a invasão dos Estados Unidos em 2003.

De acordo com Barradas (2016), a cidade de Mossul, considerada o centro estratégico do Estado Islâmico, foi alvo de uma ofensiva por parte de forças pró-governamentais iraquianas. A estratégia envolveu o isolamento da cidade com peshmergas ao norte, forças especiais ao leste, exército ao sul e milícias xiitas Hashid Shaabi ao oeste, com o objetivo de bloquear a fuga dos jihadistas para Raqqa, na Síria. No entanto, essa movimentação também dificultou a saída de civis, obrigando o avanço das tropas a ser mais cauteloso e lento, com a redução do uso de armamento pesada e bombardeios aéreos. A retomada de Mossul ocorreu de forma gradual, especialmente na parte leste da cidade, enquanto combatentes do EI resistiam com táticas violentas e uso de túneis. A população civil retida na cidade, enfrentou escassez de alimentos, frio e deslocamentos forçados, com cerca de 90 mil pessoas fugindo de suas casas em meio aos combates. Além disso, antes da ofensiva em Mossul, os jihadistas incendiaram poços de petróleo na cidade de Qayara para dificultar os ataques aéreos da coalizão.

Em novembro de 2016, o exército iraquiano conseguiu retomar a cidade de Nimrud, localizada na margem oriental do rio Tigre, a 30 quilômetros a sudeste de Mossul. A cidade, que permaneceu sob controle do Estado Islâmico por dois anos, teve cerca de 70% de suas ruínas assírias destruídas pelos jihadistas. Na Síria, a cidade histórica de Palmyra, também foi alvo da destruição realizada pelo grupo. Embora tenha sido retomada em março pelas forças sírias com apoio da Rússia, os jihadistas conseguiram reconquistá-la em dezembro, com a ausência temporária das tropas de Bashar al-Assad e seus aliados russos. A localização de Palmyra, em uma região cercada por montanhas, facilitou sua reconquista pois o Estado Islâmico sofria pressão nas frentes de Mossul e Raqqa, indicando que o cenário de instabilidade e violência poderia se intensificar no ano seguinte (BARRADAS, 2016). As vitórias militares contra o Estado Islâmico foram apenas fruto da atuação decisiva de combatentes locais, milícias como os peshmergas curdos, as Forças de Mobilização Popular (Hashd al-Shaabi) e tribos sunitas locais desempenharam um papel essencial na recuperação de territórios como Mossul e Ramadi. Essas forças conheciam o terreno, os costumes e as dinâmicas sociais da região, o que lhes permitiu combater de forma mais eficaz em zonas urbanas e rurais.

Assim como Mossul, Raqqa também foi uma cidade dominada pelo grupo terrorista. De acordo com O Globo (2017), em 2013 Raqqa foi a primeira capital de província na Síria a ser tomada pelo EI se tornando sua capital. Eles prenderam o

governador da cidade e assumiram o controle de um dos locais mais temidos da região, um centro de detenção da Inteligência militar, segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos. No começo de 2014, o grupo tomou o controle de Raqqa, expulsando os rebeldes que estavam lá. Em junho do mesmo ano, foi criado um “califado” nas áreas que dominavam na Síria e no Iraque.

No dia 4 de julho de 2014, Abu Bakr al-Baghdadi fez sua uma aparição pública subindo no púlpito da Grande Mesquita de *al-Nuri*, em Mossul, e se autoproclamou califa do Estado Islâmico.

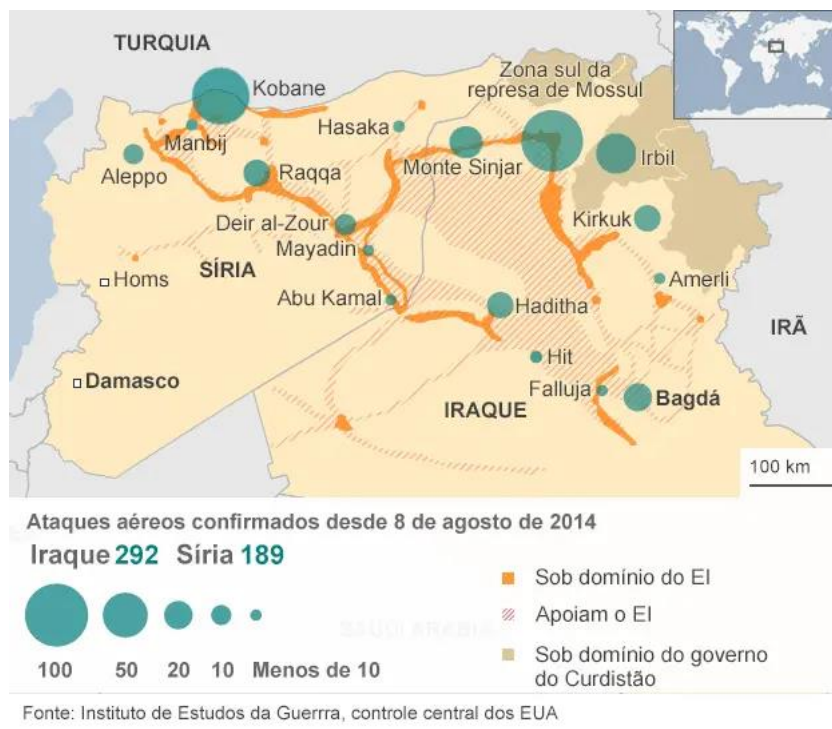
Hoje estamos felizes por participar da destruição das fronteiras impostas pelos *tawaghit* para impedir que os muçulmanos viajem por suas terras. Os *tawaghit* destruíram o Califado Islâmico e o dividiram em países como Síria e Iraque, governados por leis criadas pelos homens... hoje começamos a fase final após a divisão da Ummah... O plano deles era dividir e conquistar. E foi exatamente isso que fizeram conosco (TINSLEY, 2015, apud BILGIN, 2016).

A proclamação do califado por Abu Bakr al-Baghdadi e a tentativa do grupo de apagar fronteiras, como as que foram estabelecidas pelo Acordo de Sykes-Picot, demonstraram um discurso ideológico, e uma estratégia política para legitimar o Estado Islâmico como uma nova autoridade na região. O avanço territorial do grupo e sua posição contra os “*tawaghit*” representaram uma ameaça transnacional, despertando a atenção da comunidade internacional.

Diante de ameaças transnacionais e do avanço do grupo jihadista sobre regiões do Iraque e da Síria, os Estados Unidos lançaram a Operação Inherent Resolve no dia 15 de outubro de 2014, com o objetivo de realizar uma coalizão internacional contra o Estado Islâmico. Sob a coordenação do Comando Central dos EUA (CENTCOM), a operação passou a realizar bombardeios aéreos, treinar forças locais e apoiar ações antiterroristas. A coalizão era composta por países como, Reino Unido, França, Canadá, Austrália, Jordânia e Turquia, a operação direcionou seus esforços para minar a capacidade logística e militar do EI, para diminuir suas finanças e desarticular a liderança do grupo. A cooperação dos países contribuiu para a reconquista de territórios, como Raqqa e Mossul. Ainda assim, o conflito gerou perdas civis e destruição de infraestrutura, o que levantou críticas por parte de organizações internacionais em relação aos efeitos colaterais da campanha militar. A Operação Inherent Resolve se consolidou, como uma das principais frentes da resposta

ocidental ao terrorismo extremista na região do Oriente Médio (CENTCOM, 2020; DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2024).

Figura 3 – Mapa apresentando os ataques da coalizão liderada pelos EUA contra o EI



Fonte: BBC World Service (2014)

A partir dessas ofensivas militares e diplomáticas, foi possível observar um enfraquecimento do Estado Islâmico, principalmente com a retomada de cidades como Mossul e Raqqa, que haviam se tornado um símbolo do domínio jihadista. No entanto, mesmo com a perda de território, o grupo continuou atuando através de facções espalhadas, o que mostrava que sua força também estava na propagação de uma ideologia violenta. Mesmo que as ações militares tenham sido importantes para conter o avanço do grupo, elas não foram suficientes para eliminar completamente a ameaça, especialmente em uma região de instabilidade política e populações fragilizadas. As cidades destruídas, as crianças deslocadas e os patrimônios culturais perdidos evidenciam que o combate ao terrorismo não pode se restringir ao uso da força. É fundamental que sejam pensadas estratégias que priorizem o cuidado com as populações afetadas, a reconstrução das comunidades e a criação de soluções diplomáticas e sociais que ofereçam alternativas reais, afastadas do medo e da destruição. (AGUILAR, 2015; BARRADAS, 2016).

Com o avanço do Estado Islâmico, cada país avaliou a situação pensando primeiro em sua própria segurança e nos benefícios estratégicos que poderia obter. Por isso, as respostas acabaram sendo mais isoladas e desconectadas, dificultando uma ação conjunta e coordenada. Por exemplo, enquanto os Estados Unidos focaram em ataques aéreos e apoio a forças locais para conter o avanço do grupo, países como a Rússia priorizaram apoiar o governo sírio, seus aliados estratégicos na região. Ao mesmo tempo, potências regionais como a Arábia Saudita e o Irã conduziram operações que refletiam suas rivalidades internas, reforçando suas próprias posições na região. Em vez de formar uma grande aliança unida, o que se viu foram esforços separados, mostrando como, na prática, a cooperação entre Estados enfrenta o desafio da busca individual por proteção e poder.

2.2. Fontes de financiamento do Estado Islâmico

Um dos principais fatores que permitiram a consolidação do califado e sua manutenção entre os anos 2014 e 2019 foi a estrutura de financiamento construída pelo grupo. O EI construiu uma economia interna nos territórios que estavam sob seu domínio, a partir de práticas de exploração de recursos naturais, extorsão, tráfico ilícito, sequestros, impostos e doações clandestinas, o grupo conseguiu arrecadar milhões de dólares e garantir a continuidade de suas operações militares e governança (HOFFMAN, 2017; STERN; BERGER, 2015). Segundo Lister (2015), uma das prioridades do grupo era montar uma base de arrecadação própria, sem depender tanto de ajuda de fora. Essa independência financeira dava ao grupo mais controle e liberdade para agir, diferente de outros grupos extremistas que dependiam totalmente de doações externas.

Um dos principais elementos dessa estrutura foi o controle direto de campos de petróleo localizados no norte do Iraque e leste da Síria. A estimativa é que em 2014, o grupo controlava até 60% da produção de petróleo da Síria e importantes refinarias no território iraquiano, como as localizadas na região de Deir ez-Zor. O petróleo extraído era vendido no mercado negro através das rotas de contrabando que envolviam intermediários locais e transnacionais, inclusive os que faziam a travessia que atuavam em países vizinhos como a Turquia. Segundo a matéria da Deutsche Welle (2015), o EI chegou a movimentar entre 1 e 2 milhões de dólares por

dia com a venda ilegal de petróleo, esse valor que permitia sustentar suas campanhas militares, e pagar salários a combatentes, distribuir alimentos à população que estava sob controle e financiar as operações de mídia. McCants (2015) explica que parte do sucesso dessas vendas vinha do fato de que muitas rotas de contrabando já existiam antes da chegada do grupo, e eram facilitadas por redes locais que lucravam com o transporte ilegal. Em alguns casos, até autoridades locais sabiam do esquema e preferiam ignorar.

Em outubro de 2015, o analista Aymenn Jawad al-Tamimi obteve documentos produzidos pelo Ministério das Finanças do ISIS em Deir Ezzor. As receitas provenientes de petróleo e gás representavam 27,7% da arrecadação do grupo, mas os 'confiscos', como contrabando de cigarros ou álcool, ou a apreensão de casas e bens de inimigos declarados, correspondiam a 44,7%, enquanto a tributação representava 23,7%. Quase 70% da renda do ISIS em toda uma província vinha da população que ele 'governa'. (WEISS; HASSAN, 2020, p. 214)

O grupo implementou a cobrança obrigatória do *zakaṭ*, uma contribuição religiosa obrigatória prevista no Islã e do *jizya*, um imposto a não muçulmanos que desejavam continuar vivendo nas regiões sob domínio do EI sem se converterem ao islamismo radical. A medida fazia com que os comerciantes, agricultores, funcionários públicos e cidadãos comuns fossem obrigados a pagar essas taxas. Em muitos casos, havia registros e recibos emitidos pelos responsáveis financeiros do grupo, para reforçar a ideia de uma estrutura administrativa funcional. Como foi publicado pelo jornal Observador (2015), esse sistema gerava receitas mensais de cerca de 12 milhões de dólares, o que permitia ao Estado Islâmico manter serviços básicos como coleta de lixo, distribuição de alimentos e funcionamento de escolas e hospitais. Napoleoni (2017) comenta que o EI levava a sério esse sistema de impostos, chegando até a fornecer recibos. Isso passava a imagem de um "governo organizado" e ajudava a impor respeito e medo nas pessoas que viviam sob o domínio do grupo.

O ISIS arrecada milhões por meio do *zakaṭ* (diferentes formas de esmolas islâmicas obrigatórias pagas ao Estado). O *zakaṭ* é cobrado sobre economias anuais ou ativos de capital (2,5%), ouro (sobre valores acima de 4.500 dólares), rebanhos (dois animais a cada 100 cabeças possuídas por um agricultor), tâmaras, colheitas (10% se irrigadas por chuva ou por um rio ou riacho próximo, e 5% se houver custo com irrigação) e lucros (2,5%). O ISIS também impõe impostos anuais aos não muçulmanos que vivem em seus territórios, especialmente cristãos (4,25 gramas de ouro para os ricos e metade

desse valor para indivíduos de renda moderada). O grupo lucra ainda com o roubo disfarçado de penalidades civis: confisca propriedades de pessoas deslocadas ou procuradas, e como punição para aqueles que lutam contra o ISIS. (WEISS; HASSAN, 2020, p. 214)

Além da arrecadação fiscal, o grupo também praticava atividades criminosas para financiar casos como o sequestro de civis e a exigência de resgates, principalmente de estrangeiros. Jornalistas, trabalhadores humanitários e membros de minorias religiosas foram alvos recorrentes dessas ações. A BBC (2015) apresenta que apenas em 2013, o EI arrecadou entre 35 e 45 milhões de dólares por meio do pagamento de resgates. A pesquisa de Wright (2023) aponta que mulheres e crianças da comunidade yazidi foram capturadas e escravizadas durante a ocupação de Sinjar pelo Estado Islâmico (EI), sendo comercializadas em leilões e vendas entre os próprios combatentes como recompensa e meio de financiamento do grupo. Esses "mercados" eram regidos por regulamentos internos e decretos religiosos da liderança do EI.

Outro aspecto relevante do financiamento do grupo foi o saque e o tráfico de artefatos históricos, em cidades como Nínive, Palmira e Nimrud, ricas em patrimônio arqueológico, que foram saqueadas e seus artefatos transportados de forma clandestina para mercados ilegais de antiguidades na Europa, Ásia e América do Norte. De acordo com a Deutsche Welle (2015), o tráfico de arte foi uma fonte lucrativa de recursos e uma forma de destruir elementos culturais considerados idólatras pela ideologia do grupo, reforçando sua narrativa de pureza religiosa. O EI vendia esses artefatos no mercado negro por milhares de dólares. Os objetos roubados eram levados para fora do país por rotas clandestinas e comprados por colecionadores no Ocidente (WEISS E HASSAN, 2020).

Segundo documentos desclassificados do Departamento de Estado dos EUA, Abu Sayyaf possuía várias peças em sua posse quando foi morto por forças especiais americanas em maio de 2015. Esse comércio era rigidamente controlado: escavadores recebiam "licenças" para retirar artefatos do solo. Qualquer pessoa flagrada contrabandeando antiguidades sem a permissão do ISIS era punida. Como em tudo mais, os licenciados eram taxados 20%, de acordo com o arqueólogo sírio Amr al-Azm. [...] O ISIS institucionalizou de forma eficaz um comércio clandestino de pilhagem e saque de tumbas que existia havia décadas, a ponto de, segundo declarou al-Azm ao jornal The Guardian, o grupo ter começado a "contratar seus próprios arqueólogos, equipes de escavação e maquinário, e foi aí que vimos um pico na atividade de saques. (WEISS; HASSAN, 2020, p.215)

Além das fontes internas, o grupo também contou com doações externas. Segundo o portal DefesaNet (2015), redes de apoio localizadas em países do Golfo, como Catar, Kuwait e Arábia Saudita, contribuíram com valores disfarçados sob o pretexto de doações religiosas. Essas transferências financeiras ocorriam de maneira frequente através do sistema *hawala*, uma rede informal de transferências difícil de ser rastreada, sendo muito utilizada em regiões com baixa fiscalização bancária (O POVO, 2015). Tais redes permitiram que El recebesse fundos mesmo após a realização de sanções internacionais e o monitoramento de sistemas bancários tradicionais por instituições como a ONU e o Departamento do Tesouro dos EUA. Esse sistema chamado *hawala*⁸ funciona como uma rede paralela, baseada na confiança entre pessoas, sem registros bancários. (NAPOLEONI, 2017)

Mais recentemente, investigações mostraram que o continente africano se tornou estratégico no financiamento de facções do Estado Islâmico. France-resse (2023) publicou um relatório no Correio Braziliense revelando que a África do Sul se tornou o centro de movimentação financeira ligado ao grupo, com valor equivalente a 340 milhões de dólares sendo movimentados entre 2020 e 2021 através de cartões SIM não registrados, com destino a países como Somália, Quênia e Nigéria. Essas movimentações estão associadas à expansão do El em regiões como o Sahel e o norte de Moçambique, onde facções locais juraram sua lealdade ao califado e passaram a reproduzir sua ideologia violenta.

A África do Sul virou um polo de movimentações financeiras ligadas ao Estado Islâmico, com mais de US\$ 300 milhões circulando em operações não rastreáveis, direcionadas a filiais do grupo em regiões como o Sahel e Moçambique. (FRANCE-PRESSE, 2023)

Essa grande variedade de fontes para conseguir dinheiro, juntamente com a adaptação à nova realidade geográfica e política, explica um pouco a resistência do Estado Islâmico mesmo após perder seu maior território no Iraque e na Síria. O colapso do califado em 2019 e a morte de Abu Bakr al-Baghdadi não marcou o fim do grupo, mas fez com que ele se adaptasse a um novo modelo baseado em redes descentralizadas. A manutenção dessas redes depende diretamente da capacidade de financiamento local, muitas vezes usando as mesmas estratégias utilizadas no

⁸ *Hawala* é um sistema informal de transferência de dinheiro baseado na confiança, amplamente utilizado no Oriente Médio e em regiões onde o sistema bancário formal é limitado ou inacessível. Esse método permite a movimentação rápida e discreta de fundos sem registros oficiais. (AL-ISLAM).

Oriente Médio entre 2014 e 2017. Pesquisadores da RAND Corporation (JONES ET AL., 2021) explicam que o grupo passou a usar a internet para arrecadar dinheiro, com o uso de criptomoedas e doações em plataformas digitais. Esse novo formato ajudou o grupo a continuar existindo mesmo sem controlar um território fixo.

Assim, entender onde o Estado Islâmico consegue financiamento é necessário não só para mostrar sua rápida ascensão e a severa governança que teve, mas também para ver as dificuldades que ainda estão presentes no combate ao terrorismo internacional. A luta contra o extremismo exige um trabalho conjunto entre governos, agências de inteligência, instituições financeiras e organizações internacionais para interromper as atividades econômicas ilícitas que financiam essas organizações.

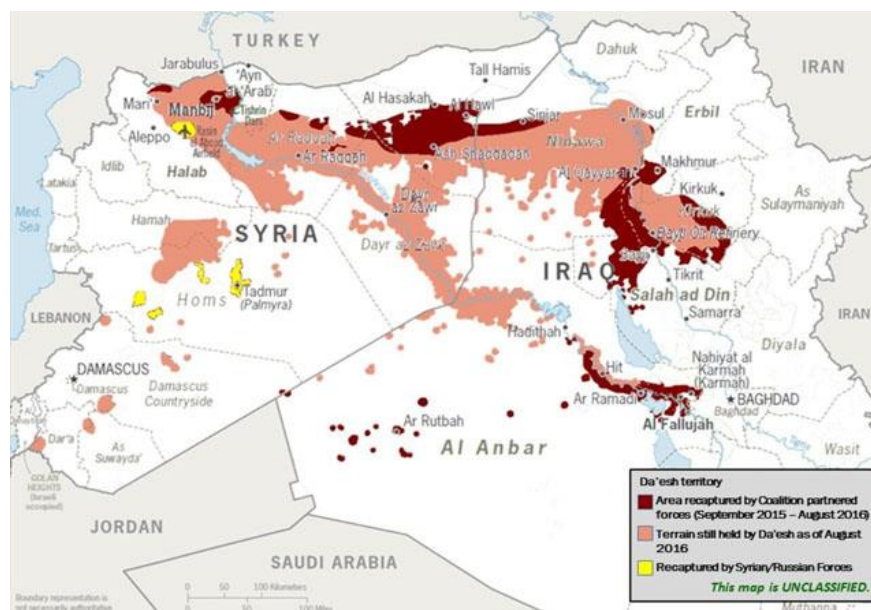
2.3. Resultados e falhas na resposta internacional

Quando o Estado Islâmico começou a se expandir no Oriente Médio, a comunidade internacional reagiu rápido, com a criação de uma coalizão, juntando forças militares, tecnologia e apoio diplomático para tentar conter o avanço do grupo. A ideia inicial era impedir que o EI continuasse tomando territórios e, ao mesmo tempo, tentar acabar com sua capacidade de atacar. Mas, com o passar do tempo, ficou claro que essa resposta, apesar de ter enfraquecido o califado territorial, deixou muitas falhas. (WINTER, 2017).

Lister (2015) argumenta que a comunidade internacional falhou em compreender a real natureza da ameaça jihadista, ao encarar o Estado Islâmico apenas como um inimigo militar a ser derrotado, e não como uma ideologia que precisava ser desmantelada.

No campo militar, os Estados Unidos lideraram as ações através da Operação Inherent Resolve. Essas operações conseguiram atingir estruturas do EI. A retomada de Mosul, no Iraque, e Raqqa, na Síria, entre 2016 e 2017, foram momentos marcantes. Porém, essas vitórias tiveram um preço, de acordo com um relatório do Departamento de Defesa dos EUA, os bombardeios aéreos causaram a morte de muitos civis, o que gerou sérias críticas sobre o excesso no uso da força (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2019).

Figura 4 - Áreas de controle, ataque e suporte do ISIS no Iraque e Síria (2019).



Fonte: The Washington Institute for Near East Policy (2019)

É importante observar como certas narrativas dominantes influenciaram as estratégias adotadas pelos Estados envolvidos, especialmente as lideradas pelos Estados Unidos e seus aliados. Conforme analisa Richard Jackson (2005), a linguagem empregada na denominada "guerra ao terrorismo" desempenha um papel central na normalização de práticas extremas de violência estatal e em violações dos direitos humanos, frequentemente apresentadas como medidas necessárias e inevitáveis diante de ameaças supostamente existenciais. Para o autor, essa narrativa não constitui apenas uma descrição neutra da realidade, mas é uma construção discursiva que estabelece um ambiente no qual respostas violentas são aceitas como padrões inevitáveis e justificáveis.

Ao adotar uma visão simplificada de que o Estado Islâmico representa um "mal absoluto", as coalizões internacionais perpetuaram estratégias militares tradicionais sem considerar profundamente as raízes políticas, econômicas e sociais que sustentam o extremismo e o terrorismo na região. Isso pode explicar, em parte, a limitada eficácia das respostas internacionais baseadas exclusivamente na força militar, apontando a necessidade urgente de repensar estratégias que sejam capazes não apenas de responder ao sintoma – o terrorismo – mas, sobretudo, de enfrentar suas causas estruturais e discursivas mais profundas.

Sendo assim, segundo Aguilar (2015), embora as narrativas oficiais tenham minimizado o custo humano das campanhas militares, para as populações locais os bombardeios significaram uma continuidade do sofrimento, e não uma solução.

Devido aos ataques, especialmente em áreas urbanas muito povoadas, essas regiões sofreram graves prejuízos. Hospitais, escolas, redes elétricas, sistemas de esgoto, foram destruídos. Muitas dessas regiões, mesmo após a retirada do EI, continuam em ruínas, o que dificultou o retorno das famílias que fugiram e acabou abrindo espaço para que novos grupos armados surgissem (MATIAS, 2019).

Entre 60% e 80% da cidade agora está em escombros após seis meses de ataques aéreos e bombardeios de artilharia, somados à saída do ISIS, que deixou tudo preparado com explosivos. Tudo foi destruído ou deixado para explodir. [...] O General Ali 'ficou diante de um panorama de destruição tão vasto que era impossível saber onde ficavam os prédios originais.' Ele fez uma pausa ao ser questionado sobre como os moradores retornariam para suas casas. 'Casas?', ele disse. 'Não há casas.' (WEISS; HASSAN, 2020, p. 257)

Segundo Matias (2019), um dos grandes problemas foi a falta de um plano para cuidar dos territórios libertados. Isso fez com que várias milícias locais, muitas vezes inimigas entre si, ganhassem força, o que acabou aumentando os conflitos internos e fragmentou ainda mais uma sociedade que já estava muito machucada pela guerra. Em vez de paz, muitas regiões voltaram a viver momentos de violência.

Outro ponto importante foi o que ocorreu depois dos combates. A justiça internacional praticamente ignorou os crimes cometidos. Não houve tribunais específicos, nem mesmo formas eficazes de julgamento nos próprios países afetados. Em alguns casos analisados pela ONU, algumas pessoas julgadas no Iraque por participação no Estado Islâmico haviam apenas prestado serviços básicos, como a venda de alimentos ou a preparação de refeições para membros do grupo extremista.

Segundo a Reuters (2020), muitas pessoas foram acusadas de terrorismo sem que houvesse uma distinção clara quanto ao grau de envolvimento de cada uma. O relatório citado relata o caso de um jovem de 14 anos condenado pelo Tribunal Juvenil de Karkh, em Bagdá, a 15 anos de prisão após confessar ter atuado como escudo humano, junto a parentes, para proteger combatentes durante um ataque aéreo.

Outro exemplo mencionado envolve um farmacêutico sentenciado à prisão perpétua em Mosul por prestar serviços médicos a integrantes feridos do grupo. A ONU analisou que, nesses julgamentos, não houve diferenciação entre indivíduos que

cometeram crimes graves e aqueles que se juntaram ao Estado Islâmico por necessidade ou sob coerção.

Esse processo de criminalização tão amplo foi, em grande parte, alimentado por um discurso político que simplificou a guerra contra o terrorismo como uma luta entre "os bons" e "os inimigos absolutos". Como aponta Jackson (2005), a linguagem dos governos não serve apenas para informar ela molda percepções, define quem é visto como ameaça e acaba influenciando diretamente as decisões políticas. Quando o Estado Islâmico passou a ser tratado apenas como um inimigo militar a ser eliminado, o lado mais complexo da questão que são os fatores sociais, ideológicos e humanos foi deixado de lado. Esse tipo de narrativa, que já decide quem merece punição e quem merece compaixão antes mesmo de ouvir as histórias por trás, acaba afastando qualquer chance real de justiça e alimentando o ciclo de erro e exclusão.

Conforme o relatório, em 109 casos analisados, as sentenças de prisão perpétua foram aplicadas de forma indiscriminada. Em um dos processos, também citado pela Reuters (2020), o advogado de defesa foi designado somente no dia do julgamento, sem contato prévio com o réu, e permaneceu em silêncio durante toda a audiência.

Além disso, muitas vítimas do Estado Islâmico, como as mulheres yazidis sequestradas e violentadas, ainda aguardam justiça. A ausência de uma resposta efetiva da comunidade internacional diante das atrocidades cometidas pelos jihadistas representa uma falha grave, tanto do ponto de vista moral quanto legal.

Além dos danos físicos causados pelos ataques, cidades como Mosul e Raqqa enfrentam um grave problema de recuperação emocional da população que viveu sob o domínio do Estado Islâmico. Segundo um relatório da ONG Save the Children, divulgado pelo jornal O Globo (2017), o conflito gerou quadros severos de sofrimento psicológico. A ONG destacou que “grande parte dos menores está sofrendo de estresse tóxico, estresse pós-traumático e situações extremas”, consequências diretas da vivência de traumas, medo e perdas durante o conflito.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, mais de 80% das crianças entrevistadas apresentam sinais de agressividade e medo constante, enquanto 71% enfrentam problemas de incontinência. Em situações mais graves, os sintomas podem incluir tentativas de suicídio e até a perda da fala. A organização também ressalta que esses danos emocionais interferem no desenvolvimento cerebral durante a infância,

o que pode levar a problemas como depressão crônica e complicações cardíacas na vida adulta.

Depois da queda do Estado Islâmico, um dos problemas mais sérios foi o que fazer com os combatentes estrangeiros e suas famílias. Muitos países ocidentais decidiram não trazer de volta seus cidadãos que se juntaram ao grupo, deixando essa responsabilidade nas mãos das forças curdas que controlam a região. Segundo Silva (2023), a maior parte dos governos optou por não repatriar seus cidadãos, abandonando-os em zonas de conflito. Com isso, várias pessoas, incluindo mulheres e crianças ficaram presas em campos de detenção improvisados no norte da Síria, vivendo em condições muito precárias. O autor menciona que manter essas pessoas nesses lugares, sem julgamento justo, apoio ou chance de reintegração, aumenta o risco de uma nova onda de radicalização. Ainda de acordo com Silva (2023), essa omissão dos países não só vai contra o direito internacional, como também ajuda a manter o ciclo de exclusão, sofrimento e violência que o próprio Estado Islâmico explorava.

O discurso da 'guerra ao terrorismo' impede o pensamento criativo e claro sobre estratégias alternativas, institucionalizando uma abordagem que já se mostrou contraproducente e danosa aos valores e instituições que se propõe proteger. Um aprendizado básico de outras campanhas é que o terrorismo não pode ser derrotado apenas com força militar; ele só enfraquece quando ocorre compromisso político em relação às questões que o originaram. (JACKSON, 2005, p. 184)

No mundo digital, o EI também deixou sua marca. Mesmo com o bloqueio de conteúdos extremistas em plataformas como YouTube, Facebook e Twitter, o grupo conseguiu migrar para outros espaços como o Telegram, fóruns da *dark web* e aplicativos menos monitorados. Embora as redes sociais tenham feito o básico para remover a propaganda extremista, faltaram campanhas que apresentassem outros caminhos possíveis, com valores como tolerância, respeito e convivência pacífica.

Segundo Schmid (2013), combater a radicalização de verdade envolve mais do que polícia e internet. É preciso educação, inclusão social e oportunidades reais de participação na sociedade, algo que os países da coalizão raramente colocaram como prioridade. Ele argumenta que a incapacidade de enfrentar o extremismo em sua dimensão sociocultural revela uma miopia política que acaba por alimentar novas gerações de jihadistas.

Neste viés, é importante citar que parte da pressão recaiu sobre os países vizinhos aos conflitos, como Jordânia, Líbano e Turquia. Esses países receberam milhões de refugiados, mas com pouco apoio do resto do mundo. Na Europa, mesmo com um número menor de refugiados chegando, o impacto político e social foi grande. O medo e a insegurança ligados ao terrorismo, acabaram aumentando o discurso de ódio, a intolerância e a rejeição contra os imigrantes. Organizações como a Amnesty International mostraram que esse clima ajudou a fazer crescer o nacionalismo e a xenofobia.

Um relatório da Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA, 2019) apontou que houve um aumento nos crimes de ódio e nos ataques contra refugiados e imigrantes, principalmente em países como Alemanha, França, Itália e Hungria. Esse cenário acabou dividindo a sociedade e fortalecendo partidos e grupos de extrema direita, que usam o medo e o discurso contra a imigração para ganhar apoio.

As crianças nascidas durante o domínio do Estado Islâmico representam um dos grupos mais negligenciados pelas ações internacionais. Muitas delas vieram ao mundo em áreas controladas pelo EI ou em campos de refugiados, e a falta de documentos oficiais as impede de provar sua identidade. Por conta disso, enfrentam inúmeros problemas para acessar serviços básicos como saúde, educação e proteção legal. Sem documentação, essas crianças permanecem sem proteção, pois, para o Estado, elas oficialmente não existem. Além disso, muitas são alvo de rejeição nas comunidades em que vivem, sofrendo preconceito e sendo associadas ao EI, mesmo sem qualquer culpa. Essa condição as coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade, carregando uma marca que não escolheram e que dificulta drasticamente sua inclusão social e a proteção por parte das instituições (TANEJA, 2021). Como apontado por Taneja "Quando atingem uma certa idade, são um perigo para si mesmos e para os outros, por isso não temos escolha a não ser construir centros de reabilitação para essas crianças"(BBC 2021)

A brutalidade pode ser percebida no relato de uma das sobreviventes do cerco do Estado Islâmico, que descreveu os momentos que enfrentou ainda criança:

Eu não tinha comida nem água", conta. "Nos três dias e noites eu estava sozinha, gritando para todo mundo, mas ninguém me escutava. 'Mamãe', eu gritava, mas sem respostas. Eu não sabia que ela estava

morta até que fui resgatada. (RODGERS; STYLIANOU; DUNFORD, 2017)

Mesmo com a derrota do Estado Islâmico e a perda do controle territorial entre 2017 e 2019, as consequências da guerra ainda são muito sentidas em cidades como Raqqa e Mosul. Essas cidades sofreram destruição em grande escala, com muitas casas, escolas, hospitais e infraestrutura danificadas ou destruídas. O processo de reconstrução ainda acontece de forma lenta, e ainda há muito a ser feito para devolver a essas cidades sua estrutura básica. No entanto, o que falta mesmo é um esforço maior para cuidar das pessoas que sofreram com o conflito. Não há programas suficientes que ajudem as vítimas a superarem traumas emocionais causados pela guerra, nem iniciativas fortes para promover a convivência pacífica entre grupos diferentes que vivem nessas regiões. Essa falta de apoio para a recuperação social e emocional mantém a divisão e o medo entre as comunidades, tornando a paz e a reconstrução mais difíceis (ANISTIA INTERNACIONAL, 2020; EL PAÍS BRASIL, 2017).

O Construtivismo ajuda a entender esse tipo de situação porque mostra que ideias e identidades não desaparecem só porque houve uma mudança material. Mesmo depois da queda física de um grupo como o Estado Islâmico, algumas práticas e discursos continuam presentes, sendo repetidos em diferentes contextos. Mendes (2019) explica que, mesmo quando o ator principal deixa de existir, as ideias que ele espalhou continuam influenciando outras pessoas e grupos. Esse tipo de influência atravessa fronteiras e mostra como as relações internacionais também são feitas de símbolos, normas e significados que permanecem vivos mesmo depois da derrota de quem os criou.

Em relação à cooperação internacional, também houve falhas, apesar da aliança militar de forma coordenada, faltou união na hora de planejar o que viria depois da guerra. Cada país pensou mais nos seus próprios interesses, como controlar certas regiões ou garantir acesso a recursos, do que em garantir uma paz duradoura. A Turquia, por exemplo, enquanto participava das operações contra o EI, também lançou ofensivas contra as forças curdas que estavam entre as principais aliadas no combate ao grupo jihadista. Esses ataques revelaram um conflito de prioridades, e fragilidade dos acordos internacionais no momento da reconstrução. As ofensivas turcas acabaram isolando os curdos o que gerou críticas da comunidade internacional,

que passou a questionar o real compromisso com a estabilidade da região (AFP, 2018).

Além disso, várias ONGs denunciaram que a ajuda humanitária foi usada como ferramenta política. Algumas regiões deixaram de receber apoio simplesmente por estarem sob controle de forças que não agradavam aos países ocidentais. Essa seletividade só aumentou a desconfiança das populações locais em relação às intenções dos estrangeiros (COOK & VALE, 2019).

Então mesmo com tanto esforço militar e recursos envolvidos, a resposta internacional ao Estado Islâmico fracassou em muitos pontos. E as comunidades afetadas não receberam o apoio necessário para reconstruírem suas vidas de forma digna. Esse fracasso continua visível: nos campos de refugiados lotados, nas cidades em ruínas, no silêncio das vítimas e nas redes sociais onde o extremismo ainda encontra uma maneira de crescer (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020; WINTER, 2020).

O convite mais conveniente para o retorno do Estado Islâmico seria, de fato, a continuidade da 'hezbollahização' da estrutura de segurança do Iraque. [...] Se homens usando uniformes do exército, mas cuja lealdade real é a um Grupo Especial iraniano, começarem a prender, torturar ou expulsar membros das tribos sunitas, a libertação de Ramadi terá sido em vão. (WEISS; HASSAN, 2020, p. 257)

Apesar da perda do território físico entre 2017 e 2019, o impacto deixado pelo Estado Islâmico continua evidente. Regiões como Raqqa e Mosul ainda convivem com os escombros da guerra. A falta de um plano de reconstrução integrado e de políticas que promovam reconciliação entre os diferentes grupos afetados mantém essas cidades estagnadas e socialmente divididas. Iniciativas pontuais, como os projetos da UNESCO para restauração de locais históricos, são importantes, mas insuficientes diante da escala do trauma.

A linguagem nunca é neutra; ela não apenas descreve o mundo, mas ajuda a construí-lo. A linguagem molda a percepção, a cognição e a emoção, influenciando diretamente as ações políticas concretas. Por isso, entender o discurso do contraterrorismo é essencial para compreender como ele cria realidades políticas e sociais e, por consequência, como contribuiu para sustentar respostas que se mostraram ineficazes e, em certos casos, desumanas. (JACKSON, 2005, p. 23)

A situação dos ex-combatentes e suas famílias também é preocupante. A falta de políticas públicas para lidar com essas pessoas, especialmente nos países que se

recusam a recebê-las de volta, representa uma ameaça à segurança global. O relatório da Human Rights Watch (2020) aponta que mais de 10 mil mulheres e crianças ligadas ao EI ainda estão presas em campos como o de *Al-Hol*, sem julgamento, sem perspectiva de voltar para casa e sem qualquer projeto de reintegração. Assim, enquanto a operação militar enfraqueceu o califado territorial, o abandono das dimensões humanitárias e sociais do pós-conflito mostra que a verdadeira vitória depende da capacidade da comunidade internacional de repensar suas estratégias e promover uma reconstrução inclusiva e justa das sociedades afetadas.

Considerações Finais

Entender o surgimento e a permanência do Estado Islâmico requer olhar com cuidado as diferentes camadas de fatores locais, regionais e internacionais envolvidos nesse complexo cenário. A leitura de que o sistema internacional opera como um ambiente anárquico, fica mais evidente na fragmentação observada na resposta internacional ao Estado Islâmico, marcada por conflitos internos e falta de coordenação eficaz, como exemplificado pelas divergências entre atores regionais, particularmente a Turquia e as forças curdas. Essa fragmentação enfraqueceu não apenas as ações militares, mas também comprometeu as tentativas de abordar as causas estruturais do extremismo.

A fragmentação observada nas coalizões internacionais, marcada por interesses geopolíticos divergentes entre potências como Estados Unidos, Rússia e Turquia, revela os limites das atuais formas de governança global frente a ameaças transnacionais. A falta de coordenação eficaz dificultou tanto o combate direto ao EI quanto o enfrentamento das causas estruturais do extremismo, demonstrando a necessidade de repensar os mecanismos multilaterais de resposta a crises.

O Estado Islâmico emergiu justamente nesse contexto de desestabilização regional, explorando os vazios institucionais deixados pela queda do regime de Saddam Hussein e pela crise prolongada na Síria. Como evidenciado por Aguilar (2015), a ausência de políticas eficazes para gerir esses cenários críticos possibilitou que o EI avançasse não apenas como grupo militarizado, mas como força política com capacidade de influenciar profundamente a dinâmica regional.

Ao evidenciar a complexa estrutura organizacional do Estado Islâmico – composta por órgãos administrativos, conselhos religiosos e sistemas de arrecadação e controle social –, esta pesquisa contribui para a compreensão do grupo não apenas como uma organização terrorista, mas como um ator com pretensões de governança territorial, o que amplia o escopo de análise do fenômeno.

A narrativa radical construída pelo grupo, baseada em promessas de identidade e pertencimento, aproveitou-se da exclusão e vulnerabilidade experimentada por jovens desiludidos com seus contextos sociais, conforme destacado por Vidino (2015). Essa construção de identidade não só trouxe seguidores, mas também moldou a forma como os países passaram a ver o EI, como uma ameaça sem meio-termo. Contudo, como observado por Carvalho (2020), a simplificação discursiva de muitos

Estados ao tratar o EI como uma ameaça absoluta, dificultou abordagens que pudessem reconstruir e estabilizar as áreas devastadas, que são essenciais para evitar que o extremismo volte a crescer.

Hoffman (2017) reforça essa ideia ao mostrar que, mesmo depois de perderem o controle territorial, o Estado Islâmico mantém uma força simbólica e ideológica forte, que continua inspirando pessoas em diferentes partes do mundo. Isso reforça a percepção de que o combate ao extremismo não pode restringir-se apenas ao uso da força militar; de fato, é essencial confrontar simultaneamente as ideias e os símbolos que continuam inspirando seguidores. Winter (2020) ressalta que o controle superficial das redes sociais, retirando apenas conteúdos extremistas do ar, não é suficiente para evitar que novas gerações sejam capturadas por discursos radicais.

Por tudo isso, fica claro que a luta contra o extremismo violento precisa ser feita de forma ampla e integrada. Embora o uso pontual da força seja necessário em determinados contextos para conter ameaças imediatas, é fundamental também investir de maneira significativa em educação, inclusão social, geração de oportunidades econômicas e reconstrução das áreas devastadas pelo conflito. Apenas através desses caminhos concretos seria possível reduzir o apelo das narrativas extremistas. Lister (2015) sublinha, precisamente, que o maior desafio reside na capacidade de enfrentar efetivamente as condições sociais, políticas e ideológicas que deram origem e sustentação ao EI.

Outro aspecto relevante que merece atenção ampliada é a atuação nos espaços digitais, onde a batalha pelas narrativas e percepções se tornou crucial. Em vez de apenas censurar ou remover conteúdos radicais, é fundamental promover narrativas alternativas fundamentadas em valores como justiça, solidariedade e respeito às diferenças culturais. Tal esforço exige uma colaboração estratégica entre governos, sociedade civil e plataformas digitais, atenta às especificidades locais, buscando reduzir o terreno fértil para a radicalização.

Por fim, a construção de uma resposta eficaz ao Estado Islâmico exige uma cooperação internacional efetiva, capaz de superar a lógica de desconfiança mútua e a fragmentação estratégica. Tal resposta deve integrar dimensões políticas, militares, sociais e ideacionais. As análises de Vidino, Carvalho, Hoffman, Winter e Lister, evidenciam que enfrentamentos puramente militares, desarticulados de políticas inclusivas e estratégias de longo prazo, tendem a produzir efeitos limitados. A fragmentação das coalizões internacionais, frequentemente guiadas por interesses

geopolíticos concorrentes, como se observou entre Estados Unidos, Rússia e Turquia, ilustra os limites da atual governança global diante de ameaças transnacionais como o extremismo jihadista.

Como desdobramentos futuros para eventuais pesquisas, propõe-se aprofundar os estudos sobre a atuação do EI em contextos periféricos, como o Sahel africano e o Sudeste Asiático, bem como investigar com maior profundidade o papel das mulheres no aparato do grupo e os impactos colaterais das políticas contraterroristas sobre populações civis.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, C. Série Conflitos Internacionais: O Estado Islâmico. **Observatório de Conflitos Internacionais**, v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v-2-n-2-o-estado-islamico.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Guerra de aniquilação: devastação de Raqqa pela coalizão liderada pelos EUA na Síria**. Londres, 2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/pt/latest/news/2018/06/raqqa-in-ruins/>. Acesso em: 19 maio 2025.

AYAD, M. **The terrorist radio revival: How the Islamic State's radio station survives on social media**. Institute for Strategic Dialogue (ISD), 2020. Disponível em: https://www.isdglobal.org/digital_dispatches/the-terrorist-radio-revival-how-the-islamic-states-radio-station-survives-on-social-media/. Acesso em: 28 nov. 2024.

BARRADAS, M. **Iraque: Imersão na guerra contra o Estado Islâmico**. Euronews, 19 dez. 2016. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2016/12/19/iraque-imersao-na-guerra-contra-o-estado-islamico>. Acesso em: 7 maio 2025.

BBC. **Como o Estado Islâmico se financia**. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151130_financiamento_ei_tg. Acesso em: 12 maio 2025.

BBC. **Islamic State group: Nicaragua arrests four suspected members**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-48773780>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BBC NEWS. **Mapas explicam batalha do 'EI' pela Síria e pelo Iraque**. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141015_mapas_siria_lab. Acesso em 21 jun. 2025.

BERMAN, Russell. The many ways to map the Islamic State. **The Atlantic**, 2014. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/08/the-many-ways-to-map-the-islamic-state/379196/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BETTS, A.; COLLIER, P. **Refuge: Transforming a broken refugee system**. Londres: Penguin, 2017.

CAPPONI, D. Os filhos do Estado Islâmico: cidadania, trauma e exclusão. In: YAZBEK, C. (org.). **Crianças em contextos de conflito armado**. São Paulo: Repositório USP, 2022.

CARVALHO, Vanice Regina Lírio do Valle de. **Relações Internacionais e o construtivismo: uma análise crítica**. Rio de Janeiro, 2020.

CNN. **Exclusive: Women under ISIS – Escapees tell their stories**. 2015. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2015/08/05/middleeast/isis-women/index.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

CNN. **Inside Mosul: Life under ISIS rule**. 2016. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2016/07/19/middleeast/iraq-mosul-life-under-isis/index.html>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CORERA, G. Guerra do Iraque, 20 anos: como a busca por armas de destruição em massa do país fracassou. **BBC News Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5158j6902mo>. Acesso em: 21 maio 2025.

DAMIN, C. Surgimento e trajetória do Estado Islâmico. Meridiano 47 – **Journal of Global Studies**, v. 16. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/download/5020/4555/8925>. Acesso em: 25 set. 2024.

DEFESANET. **O Estado Islâmico do Iraque e do Levante e seus financiadores**. 2015. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/geopolitica/o-estado-islamico-do-iraque-e-do-levante-e-seus-financiadores>. Acesso em: 12 maio 2025.

DOLZ, Patrícia Ortega. Mulher espanhola tenta levar filhos ao califado. **El País**, 2019.

DW. De onde vem o dinheiro do Estado Islâmico. **Deutsche Welle**, 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/de-onde-vem-o-dinheiro-do-estado-isl%C3%A2mico/a-18282734>. Acesso em: 12 maio 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Após ser deposto, Saddam Hussein se escondeu por meses em sótão no Iraque.** 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2010/08/787671-apos-ser-deposto-saddam-hussein-se-escondeu-por-meses-em-sotao-no-iraque.shtml>. Acesso em: 21 maio 2025.

FRANCE-PRESSE, A. África do Sul é centro do financiamento do Estado Islâmico. **Correio Braziliense**, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/06/5101435-africa-do-sul-e-centro-do-financiamento-do-estado-islamico.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

GARTENSTEIN-ROSS, D. **IS/IS: A history of the last great jihadist movement.** Oxford: Oxford University Press, 2017.

GOV.UK. **Counter-terrorism disruptive powers report 2023.** Londres. 2024. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/counter-terrorism-disruptive-powers-report-2023/counter-terrorism-disruptive-powers-report-2023-accessible>. Acesso em: 6 maio 2025.

GUTIÉRREZ, F. Coalizões internacionais e intervenções na Síria e no Iraque. **Revista de Estudos Internacionais da UFMG**, v. 8. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rei>. Acesso em: 19 maio 2025.

GUZZINI, Stefano; URT, Marta. Constructivism and International Relations. In: RUEDEBUSCH, L. (ed.). **The Oxford Handbook of International Relations Theory.** Oxford: Oxford University Press, 2019.

HOFFMAN, B. **Inside terrorism.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Thousands of foreigners unlawfully held in NE Syria.** HRW, 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/03/23/thousands-foreigners-unlawfully-held-ne-syria>. Acesso em: 19 maio 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Vidas de mulheres sob o Estado Islâmico na agricultura do Níger.** 2024. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/niger/b200-womens-lives-under-islamic-state-nigers-tillabery>. Acesso em: 28 nov. 2024.

JACKSON, R. **Writing the war on terrorism: Language, politics and counterterrorism**. Nova Iorque: Manchester University Press, 2005.

JONES, Seth G. The Counter-ISIS Coalition Has Much to Do After Baghdadi's Death. **The Washington Institute**, 2019. Disponível em: https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/counter-isis-coalition-has-much-do-after-baghdadis-death?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 24 jun. 2025.

KLAUSEN, J. Tweeting the Jihad: Social media networks of Western jihadists. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 38, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1057610X.2014.974948>. Acesso em: 13 out. 2024.

LISTER, C. **The Syrian Jihad: Al-Qaeda, the Islamic State and the evolution of an insurgency**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

MATIAS, P. N. F. P. M. A Combined Joint Task Force como novo modelo de emprego de forças: estudo de caso: a Batalha de Mosul. 2019.

MCCANTS, W. **The ISIS apocalypse: The history, strategy, and doomsday vision of the Islamic State**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2015.

MENDES, Pedro Emanuel. As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. **ResearchGate**, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334260622>. Acesso em: 24 maio 2025.

MOGHADDAN, F. M. The staircase to terrorism: A psychological exploration. **American Psychologist**, v. 60. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/7994368>. Acesso em: 1 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução S/RES/2170**. 2014. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2170%2520\(2014\)](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2170%2520(2014)). Acesso em: 29 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Al-Qaida in Iraq (QDe.115). **Comitê de Sanções da ONU**. Disponível em:

https://www.un.org/securitycouncil/en/sanctions/1267/aq_sanctions_list/summaries/entity/al-qaida-in-iraq. Acesso em: 30 maio 2025.

NUPI – NORWEGIAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS. **The reconstruction of Mosul: Between recovery and fragility**. Oslo, 2021.

O GLOBO. **Entenda a importância de Raqqa, principal reduto do EI na Síria**. O Globo, 17 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-importancia-de-raqqa-principal-reduto-do-ei-na-siria-21955072>. Acesso em: 7 maio 2025.

O POVO. **Como o Estado Islâmico se financia**. O Povo, 2015. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2015/11/como-o-estado-islamico-se-financia.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

OBSERVADOR. **Onde é que o Estado Islâmico vai buscar dinheiro?** 2015. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/onde-e-que-o-estado-islamico-vai-buscar-dinheiro>. Acesso em: 12 maio 2025.

RASHEED, Z.; IBRAHIM, A.; SIDDIQUI, U. Taliban offers amnesty, promises women's rights and media freedom. **Al Jazeera**. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/8/17/evacuation-flights-resume-as-biden-defends-afghanistan-pullout>. Acesso em: 29 nov. 2024.

REGENCIA, T. Islamic State's support spreads into Asia. **Al Jazeera**. 2014. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2014/7/19/islamic-states-support-spreads-into-asia>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SCHMID, Alex P. **Radicalisation, De-Radicalisation, Counter-Radicalisation: A Conceptual Discussion and Literature Review**. ICCT Research Paper. Haia: International Centre for Counter-Terrorism, 2013.

SELIS, Lara Martim Rodrigues. A dialética da anarquia: sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz. **Carta Internacional**, v. 6, 2011. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/97/81>. Acesso em: 24 maio 2025.

SILVA, Beatriz. **Repatriação de mulheres ligadas ao Estado Islâmico ainda é desafio para a Europa**. O Globo, 2023. Acesso em: 6 marc. 2025.

SOMMERVILLE, Quentin. **‘Estado Islâmico usou civis como escudos humanos em ataques no Iraque’, diz menino iraquiano**. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40461596>. Acesso em: 7 marc. 2025.

STERN, J.; BERGER, J. **ISIS: The State of Terror**. Nova Iorque: Eamon Dolan Books, 2015.

THE GUARDIAN. **EUA e Iraque lançam ataque conjunto matando 15 militantes do Estado Islâmico**. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/international>. Acesso em: 29 nov. 2024.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Operation Inherent Resolve and other U.S. government activities related to Iraq & Syria**. Lead IG report to the U.S. Congress, 2024. Disponível em: https://media.defense.gov/2024/May/02/2003455786/-1/-1/1/OIR_Q2_MAR2024_FINAL_508.PDF. Acesso em: 29 nov. 2024.

UNESCO. Iraque: UNESCO anuncia projeto para reconstrução de mesquita destruída pelo Estado Islâmico. **Nações Unidas Brasil**, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/125210-iraque-unesco-anuncia-projeto-para-reconstru%C3%A7%C3%A3o-de-mesquita-destru%C3%ADda-pelo-estado-isl%C3%A2mico>. Acesso em: 22 maio 2025.

UNITED KINGDOM. **Counter-terrorism disruptive powers report 2023**. Gov.uk, 2024. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/counter-terrorism-disruptive-powers-report-2023/counter-terrorism-disruptive-powers-report-2023-accessible>. Acesso em: 6 maio 2025.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. **Operation Inherent Resolve: Targeted Operations and Civilian Casualties Report 2019**. Washington, D.C., 2019. Acesso em: 4 jun. 2025.

VIDINO, L. **The New Muslim Brotherhood in the West**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2015.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ZELIN, A. **The war for al-Baghdadi: How the Islamic State's leadership functions**. The Washington Institute for Near East Policy, 2015. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org>. Acesso em: 10 out. 2024.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Lays Gabrielle Moreira de Oliveira do Curso de Relações Internacionais matrícula: 2021.1.0043.00049 telefone: (62)9 8543-8022 e-mail: laysgabrielle18@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O Surgimento do Estado Islâmico (2013): Estrutura de Poder, Valores Ideológicos e Respostas Internacionais, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, _____ de junho de 2025.

Assinatura do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es): Lays Gabrielle Moreira de Oliveira

Assinatura do professor orientador:

Nome completo do professor orientador: Johnny Taliateli do Couto